



UNIVERSIDADE FEDERAL SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
ÊNFASE EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DA NATUREZA

LUENILSO SANTOS SILVA

**UM OLHAR SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR DO PROJETO DE
ASSENTAMENTO RIBEIRÃO DAS PEDRAS, PACAJÁ/PA: EDUCAÇÃO DO
CAMPO E RESISTÊNCIAS**

Marabá/Pará
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Luenilso Santos Silva

**Um Olhar Sobre a Agricultura Familiar do Projeto de Assentamento
Ribeirão Das Pedras, Pacajá/PA: Educação Do Campo e Resistências**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Licenciatura em
Educação do Campo da Universidade
Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus
Universitário de Marabá, como requisito
parcial para obtenção do grau de Licenciado
em Educação do Campo, com ênfase em
Ciências Agrárias e Naturais
Orientador: Prof. Dr. Haroldo de Souza

Marabá/Pará
2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Universidade
Federal do Sul e Sudeste do Pará Biblioteca Setorial Campus do Tauarizinho**

S586o

Silva, Luenilso Santos

Um olhar sobre a agricultura familiar do Projeto de Assentamento Ribeirão das Pedras, Pacajá/PA : educação do campo e resistências / Luenilso Santos Silva. — 2023.

82 f. : il. color.

Orientador(a): Haroldo de Sousa.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Educação do Campo, Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo, Marabá, 2023.

1. Agricultura familiar - Pacajá (PA) . 2. Educação do campo. 3. Ecologia agrícola. 4. Assentamentos humanos - Pacajá (PA). I. Sousa, Haroldo de, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 338.1098115

LUENILSO SANTOS SILVA

**UM OLHAR SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR DO PROJETO DE
ASSENTAMENTO RIBEIRÃO DAS PEDRAS, PACAJÁ/PA: EDUCAÇÃO DO
CAMPO E RESISTÊNCIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação do Campo do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Educação do Campo, ênfase em Ciências Agrárias e da Natureza.

Orientador: Prof.º Dr.º. Haroldo de Sousa – ICH/FECAMPO

Data de aprovação: Marabá (PA), 01 de
Setembro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof.º. Dr.º. Haroldo de Sousa (FECAMPO - Unifesspa)
Orientador

Prof. Dr. Cristiane Vieira Cunha (FECAMPO-Unifesspa)
Examinador Interno

Prof.ª. Dr. Fernando Michelotti (Faculdade de Agronomia-
Unifesspa)
Examinador Externo

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho ao meu filho Caio Manuel Moreira Silva e a minha filha Maria Heloísa Moreira Silva, por serem pessoas especiais na minha vida, e mesmo sem ainda entenderem os propósitos de uma formação, me estimulam sempre apenas por suas existências.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à Deus, em quem eu deposito minha fé cristã, por ter conseguido ingressar na Universidade e chegar ao momento de conclusão do curso.

Ao meu Pai Raimundo Nonato Araújo Silva, minha mãe Maria do Socorro Silva dos Santos Silva, aos meus irmãos Luzenildo Santos Silva e Luzinaldo Santos Silva e minha irmã Ludielly da Silva Estevam, por nunca me deixarem desamparado. Pela parceria e coletividade familiar que sempre temos além do apoio financeiro que contribuiu muito para minha formação.

A minha companheira Gleice da Silva Moreira, por sempre me apoiar e acreditar em nossos projetos.

Aos meus amigos e colegas de Turma, em especial a turma da CAN (2018), que juntos traçamos tantos planos e enfrentamos tantas dificuldades, sou muito grato a todos, embora alguns terem ficado pelo caminho por motivos diversos.

A dona Elizabeth e o senhor Manoel pelo apoio, pelo aconchego e pelo espaço em nos recreemos muitas vezes.

Deixo também meus agradecimentos à Faculdade de Educação do Campo, pela competente formação oferecida aos povos do campo, das águas e das florestas.

Agradeço a instituição Casa Familiar Rural Francisco de Assis da Silva Gomes, pela confiança e o apoio a mim concedido.

Ao meu orientador professor Dr. Haroldo de Souza pelo companheirismo, paciência e ensinamentos ao longo dessa formação.

“Os agricultores familiares estão preocupados em assegurar a perpetuação de sua unidade de produção e dedicados a transmitir as aprendizagens sociais, as percepções de mundo e o capital cultural aos seus sucessores. ”

Ezequiel Redin

RESUMO

A agricultura familiar na região da Transamazônica sofre ao longo dos anos processos constantes de transformações. O trecho que compreende de Marabá a Altamira/PA é caracterizado por dinâmicas de migração, resistência e luta pela terra devido às políticas de colonização pensada para essa região. O trabalho a seguir faz uma reflexão acerca da agricultura familiar do Projeto de Assentamento Ribeirão das Pedras que se localiza na BR 230, km 238 ao lado sul no sentido Marabá/Altamira/PA. O mesmo reflete também como a Educação do Campo se consolida como uma educação pensada para o contexto do campo, assim fortalecendo a agricultura familiar e a resistência das comunidades. O objetivo geral é entender como o sistema de produção interfere na consolidação das famílias no assentamento, e como a educação do campo pode contribuir para o fortalecimento da comunidade. O mesmo tem como objetivos específicos, a saber: (i) conhecer a história do assentamento, a partir das fontes orais, revisão bibliográficas e revisão dos acervos audiovisuais da comunidade; (ii) realizar observações e acompanhamentos nas unidades de produção familiar do assentamento no intuito de observar os aspectos sociais, produtivos, culturais e econômicos dessas famílias; (iii) explicar como a educação do campo, a partir de suas práticas pedagógicas contribui nesses processos de transformação e resistência da localidade.

Palavras-chave: Agricultura familiar, educação do campo, resistência, sistema de produção, agroecologia, vivências.

ABSTRACT

Family farming in the Transamazônica region has undergone constant processes of transformation over the years. The stretch that runs from Marabá to Altamira/PA is characterized by dynamics of migration, resistance and struggle for land due to colonization policies designed for this region. The following work reflects on family farming in the Ribeirão das Pedras Settlement Project, which is located on BR 230, km 238 on the south side towards Marabá/Altamira/PA. It also reflects how Rural Education consolidates itself as an education designed for the context of the countryside, thus strengthening family farming and community resistance. The overall objective is to understand how the production system interferes with the consolidation of families in the settlement, and how rural education can contribute to strengthening the community. It has the following specific objectives, namely: (i) know the history of the settlement, based on oral sources, bibliographic review and review of the community's audiovisual collections; (ii) carry out observations and follow-ups in the settlement's family production units in order to observe the social, productive, cultural and economic aspects of these families; (iii) explain how rural education, based on its pedagogical practices, contributes to these local transformation and resistance processes.

Keywords: Family farming, rural education, resistance, production system, agroecology, experiences.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Ata da assembleia de fundação e aprovação do estatuto, eleição e posse da diretoria da ANE - Associação Nova Esperança do km 238 sul.	23
Figura 2: Plantio de árvore nos arredores da escola pela professora Maria Albertina Araújo Silva e o senhor Lourenço da Conceição, com os pais e alunos.	24
Figura 3: Igreja católica C.C São Lucas e barracão da ANE	25
Figura 4: Banca da dona Maria do Socorro Silva dos Santos e do senhor Raimundo Nonato Araújo silva na feira do agricultor em Pacaja-Pará	26
Figura 5: Imagem de algumas estruturas físicas da escola: Auditório, salas de aulas, biblioteca, secretaria e banheiros.....	54
Figura 6: Atividade de olericultura realizadas por alunos e alunas da Casa Familiar Rural de Pacajá, Pacajá, Transamazônica, Pará, Brasil.....	57
Figura 7: Beneficiamento e processamento de polpas de frutas por alunos e alunas da Casa Familiar Rural de Pacajá, Pacajá, Transamazônica, Pará, Brasil.	58
Figura 8: Aula prática para implantação de Sistema Agroflorestal por alunos e alunas da Casa Familiar Rural de Pacajá, Pacajá, Transamazônica, Pará, Brasil.	60
Figura 9: Fala da dona Marinalva se identificando com a ornamentação.....	67
Figura 10: Culminância do mutirão na beira do rio Tauarizinho nas dependências da Unifesspa	71
Figura 11: Mutirão no manejo do SAF na propriedade do senhor Manelinho cooperado da COOPROPAC	76
Figura 12: Orientação de estágio supervisionado na poda do cacauzeiro com jovens do 2° e do 3° ano do ensino médio da CFR	78

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Dados sobre oferta do ensino (dados referentes aos anos de 2016 a 2018) ..	30
Tabela 2: Situação de funcionamento.....	30
Tabela 3: Dados sobre público atendido	31
Tabela 4: Dados sobre o corpo docente.....	32
Tabela 5: Dados gerais das instalações físicas	33
Tabela 6: Dados dos espaços físicos	33
Tabela 7: Água, esgoto e lixo	34
Tabela 8: Formações ofertadas via associação no período de 2016-2018.....	35
Tabela 9: Retrato das quatro famílias pesquisadas em seus aspectos sociais e produtivos.	47
Tabela 10: Cronograma de execução de atividades do SAF	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL	14
CAPÍTULO I.....	17
PROEÇOS DE COLONIZAÇÃO NA TRANSAMAZÔNICA: LUTA PELA TERRA E EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	17
1. Introdução.....	17
2. Situação Legal da Instituição	28
3. Situação de Funcionamento e Dependência Administrativa	29
CAPÍTULO II.....	40
A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE PRODUÇÃO E DA CASA FAMILIAR RURAL DE PACAJÁ NA PERMANÊNCIA DAS FAMÍLIAS.....	40
1. Introdução.....	40
2. Diagnóstico da importância do sistema de produção: tendências e contribuições identificadas na permanência das famílias no assentamento.	42
3. A experiência da Casa Familiar Rural de Pacajá e sua contribuição nos processos de resistência da agricultura familiar	53
4. Vivências pedagógicas exercitadas no ensino médio na CFR de Pacajá	55
5. Concepções dos jovens sobre o trabalho que desenvolvem na escola e em suas propriedades	58
7. Considerações	61
CAPÍTULO III	62
AGROECOLOGIA E EXPERIÊNCIAS COMO AGRICULTOR, EDUCADOR DA CFR, E EDUCANDO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO	63
1. Introdução.....	63
2. A experiência do seminário na Casa Familiar Rural de Pacajá	64
3. A experiência da implantação de uma unidade de sistema agroflorestal (SAF), na área da Unifesspa/ Campus Marabá/Unidade III	68
4. Dialogo e organicidade da proposta	69
5. Visualização/Escolha da área.....	69
6. Construção da proposta sistematizada (Pré-projeto).....	70
7. Mobilização do coletivo para intervenção pratica.....	70
8. Primeira intervenção prática	70
9. Segunda intervenção pratica (preparo do solo)	71
10. Terceira intervenção pratica (plantio)	72
11. Acompanhamento do sistema (manejo do sistema)	72

12.	Experiência como agricultor e as relações entre CFR, P.A e Universidade	74
13.	Experiência como educador da CFR de Pacajá	77
14.	Considerações Finais	80
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
	ANEXO 1	85

SIGLAS E ABREVIATURAS

ANE – Associação Nova Esperança

APP – Área de Preservação Permanente

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAN – Ciências Agrárias e da Natureza

CC – Comunidade Cristã

CFR – Casa Familiar Rural

COOPROPAC – Cooperativa da Feira da Produção Familiar de Pacajá

CPT – Comissão Pastoral da Terra

ECCFR – Escola Comunitária Casa Familiar Rural

FETRAGRI – Federação dos Trabalhadores da Agricultura

FVPP – Fundação Viver Produzir e Preservar

INCRA – Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária

LEdoC – Licenciatura em Educação do Campo

MEC – Ministério da Educação

MPST – Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG – Organização Não Governamental

PA – Projeto de Assentamento

PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PIC – Programa Integrado de Colonização

PIN – Programa de Integração Nacional

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPC – Proposta Pedagógica Curricular

PPJ – Projeto Profissional do Jovem

PPP – Projeto Político Pedagógico

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA – Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária

RB – Relação de Beneficiários

SAF – Sistema Agroflorestal

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidades

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

UPA – Unidade de Produção Agrícola

INTRODUÇÃO GERAL

O presente trabalho de conclusão de curso desenvolvido a seguir, traz um olhar acerca da agricultura familiar e dos processos dinâmicos que transformam o Projeto de Assentamento Ribeirão das Pedras, localizado no município de Pacajá/Pará/Brasil. O mesmo foi construído, a partir de estudos e pesquisas realizadas durante o âmbito formativo do curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Faculdade de Educação do Campo, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá. O princípio da alternância pedagógica orientado por atividades entre espaço tempo universidade e espaço tempo localidade, permite o desenvolvimento de pesquisas voltadas ao contexto do campo, enfatizando e dialogando com as mais diversas problemáticas inseridas nos mais diversos contextos de vivências de seus educandos, construindo conhecimentos e alternativas de forma crítica e ampla que contemplam as diversidades do campo, das águas e das florestas.

O trabalho tem como objetivo geral, entender como o sistema de produção interfere na consolidação das famílias no assentamento e a educação do campo contribui para o fortalecimento da comunidade. O mesmo tem ainda como objetivos específicos: (i) conhecer a história do assentamento, a partir das fontes orais, revisão bibliográfica e revisão dos acervos audiovisuais da comunidade; (ii) realizar observações e acompanhamentos nas unidades de produção familiar do assentamento no intuito de observar os aspectos sociais, produtivos, culturais e econômicos dessas famílias; (iii) explicar como a educação do campo, a partir de suas práticas pedagógicas contribui nesses processos de transformação e resistência da localidade.

A importância de desenvolver a pesquisa proposta, se dá pela necessidade de entender as dinâmicas de transformações da localidade, afim de expor os elementos que a ameaçam e despertar novas alternativas de práticas e reflexões que dialoguem com a realidade e garantam o fortalecimento da mesma, a partir de processos sociais, políticos, econômicos e ambientais, em torno da produção agrícola das famílias.

A escrita está organizada em 3 sessões, no primeiro momento trazemos um breve histórico dos processos de colonização da região da Transamazônica do P.A Ribeirão das Pedras, a partir das histórias de vida dos pioneiros e da comunidade. Junto a esse movimento inicial, apresentaremos um diagnóstico da educação do campo, destacando os principais elementos que abrangem a educação do campo e para o campo e a pertinência

na formação de sujeitos que se auto reconhecem com indivíduos construtores de uma identidade. No segundo momento, faremos dois movimentos, um primeiro a partir da preocupação do papel desempenhado pelo sistema de produção para permanência dos agricultores familiares em suas propriedades e na comunidade. O segundo se centra em refletir como a educação do campo, tendo como referência a Casa Familiar Rural do município de Pacajá, apoia o fortalecimento da agricultura familiar estabelecendo laços de cooperações e associações na comunidade e no município.

Construímos assim o trabalho orientado por um tripé das experiências como agricultor; educador da Casa Familiar Rural de Pacajá e dos processos formativos do curso de Licenciatura em Educação do Campo. Para a experiência como agricultor, construímos um questionário-instrumento de pesquisa que permitirá trazer elementos de quatro famílias emblemáticas da preocupação com a permanência no assentamento, duas mais relacionada à diversificação produtiva e duas que tende a ter uma trajetória da venda do lote e menos diversificação, com a pecuária bovina sendo a principal fonte de renda. O questionário foi construído a partir de elementos que nos direcionam para uma resposta das trajetórias dessas famílias. Esses elementos estão relacionados, às trajetórias das famílias, aos sistemas de cultivos e criações, as áreas de preservação da propriedade, patrimônio (gado, curral, equipamentos, máquinas, veículos, benfeitorias e crédito acessado, dentre outros), renda e envolvimento da família na comunidade.

Na perspectiva de educador da Casa Familiar Rural de Pacajá, mobilizamos as pesquisas construídas nos estágios observação e intervenção do tempo espaço localidade. Buscamos entender, como a escola (CFR) se revitaliza e como exerceu suas práticas pedagógicas pós o período pandêmico, buscando evidenciar, mesmo em um contexto desfavorável, como as práticas pedagógicas desenvolvidas contribuem para o fortalecimento da agricultura familiar e das comunidades, não só no aspecto produtivo, mas social, cultural, ambiental e econômico. Com isso, mostramos a importância e as contribuições do curso de Licenciatura em Educação do Campo nas diversas experiências como educando que serão minuciosamente expostas no terceiro momento deste trabalho.

A Licenciatura em Educação do Campo, proporciona aos seus discentes, diversas experiências que certamente contribuem para suas práticas e trajetórias das atividades vivenciadas em seus diversos contextos sociais os quais estão inseridos, sejam eles, como agricultor, educador ou agente de transformação local e lideranças comunitárias.

Como agricultor e educador do campo, o PPP (Projeto Político Pedagógico) da Licenciatura em Educação do Campo através dos seus princípios de alternância pedagógica; trabalho como princípio educativo; pesquisa como princípio educativos, nos possibilitam olhar para as dinâmicas da localidade de maneira crítica e problematizadora. Nessa sessão, adotaremos o PPC da LEdoC (Licenciatura em Educação do Campo) como referência destacando elementos centrais pertinentes aos sistemas produtivos, da vida coletiva e do protagonismo da agricultura familiar nos estudos, pesquisas e disciplinas ao longo do curso. Cabe, o destaque para a agroecologia como transversal nesses processos. Por fim, exercitamos o pensar do desenvolvimento rural nas frentes das diversas experiências que o curso possibilitou realizar como agricultor, como educador da CFR, e o que desenvolvemos ao decorrer do processo formativo potencializado pelas trajetórias vividas no percurso de formação na universidade.

CAPÍTULO I

PROCESSOS DE COLONIZAÇÃO NA TRANSAMAZÔNICA: LUTA PELA TERRA E EDUCAÇÃO DO CAMPO.

1. Introdução

A Amazônia é caracterizada por sua diversidade, que se apresenta nas mais diversas formas de vida, de povos, de culturas e de recursos naturais. No entanto, a região tem passado por intensos processos de transformações, em função da colonização que adentra em seus territórios, gerando demasiadas mudanças nas paisagens, em princípio tocada por uma visão de “prosperidade”, mas que, resultou em perdas significativas de povos e florestas, de acordo com Porto-Gonçalves (2017), “o avanço contraditório resulta principalmente na perda de diversidade biológica e cultural e a violência contra os povos com o despojo das populações”. (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.79).

Quando se trata de Amazônia, não estamos falando de uma Amazônia, mais de várias Amazônias, partindo do princípio de que há um acúmulo de transformações milenares, que geram uma diversidade gigantesca de saberes, a partir dos processos de convivência e correlação de seus povos com a natureza, e que garantem a complexidade metabólica, na qual se constitui essa paisagem que abriga diversos ecossistemas significativos para o metabolismo planetário e seu equilíbrio, como estabelece o professor Porto-Gonçalves (2017):

[...] é de centenas de povos e etnias que estamos falando; numa escala geográfica das dimensões amazônicas, é dizer: 8 milhões de km² de floresta, a maior extensão florestal do mundo, a maior concentração de biomassa por hectare do mundo numa extensão territorial de dimensões continentais como essa, a maior bacia hidrográfica do mundo, a maior diversidade biológica do planeta, em suma, um metabolismo energético-hidrológico que em ruptura como está implicará, necessariamente, uma desordem ecológica planetária! (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.105).

A Amazônia sofreu um grande processo de ocupação, baseado nas penetrações pelas hidrovias e posteriormente pelas rodovias. Tangenciado por políticas governamentais, que fomentaram a ocupação desse território, até então ocupado por

populações tradicionais. Esse processo de ocupação resultou em uma mudança significativa da paisagem como ressalta Hurtienne (2005), em que:

Os programas governamentais de desenvolvimento executados nos últimos 40 anos na Amazônia, apesar de serem insuficientes, têm mudado profundamente a estrutura econômica, demográfica e ecológica da região. A construção de rodovias, os programas de colonização oficiais e privados, a migração espontânea e os incentivos fiscais levaram ao desmatamento de mais ou menos 17% da área amazônica e à criação de paisagens agrárias variadas perto dos eixos viários, onde se concentra a maioria da população rural” (HURTIENNE, 2005, p.20).

A rodovia Transamazônica (BR 230), é fruto da consolidação dos megaprojetos na região amazônica, que tinha como propósito a penetração da região no intuito de integrá-la às outras regiões do país, e conseqüentemente extrair suas riquezas naturais sobretudo na construção de hidrelétricas, a extração mineral, extração de madeira e a atividade da agropecuária. “*A construção da rodovia, surgiu através do Decreto-lei 1.106, de 16 de junho de 1970. Onde é criado o Programa de Integração Nacional (PIN), com a finalidade específica de financiar o plano de obras de infraestrutura*” (BATISTA, 2020, p.27). Porém, a ideia que se passava, além da integração era de desenvolvimento para região, é então que surgem os questionamentos, desenvolver para quem? Para quê?

A BR 230, conhecida como Rodovia Transamazônica, chegou ao sudeste paraense na década de 1970, no período do regime militar. Esse período também foi marcado pelas migrações intensas, sobretudo de nordestinos levados pelo dilema “*dos homens sem terras no Nordeste para terras sem homens na Amazônia*”. A abertura da estrada se apresentou como porta de entrada para a Amazônia brasileira com diversas movimentações semelhantes e na mesma direção como ressalta (VELHO, 2009, p.142): “*(...) junto com a grandiosa estrada em meio à selva amazônica, desencadeou várias frentes que contornaram a história da região*”. As fronteiras que para Martins (2009): “*(...) é, também, lugar da elaboração de uma residual concepção de esperança, atravessada pelo milenarismo da espera no advento do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura*” (MARTINS, 2009, p.10), foram marcadas pelas frentes de resistência e de luta em meio ao descaso com a população que se aventuravam por melhorias nas condições de vida. É nesse contexto, que se iniciam as mobilizações coletivas principiando a luta pela terra e posteriormente a efetivação dos movimentos sociais na região.

No entanto, o processo de desenvolvimento planejado para a região, que inclui a abertura da Transamazônica foi pensado para o grande capital, e para os grandes megaprojetos, deixando assim as classes inferiorizadas em meio ao desamparo, como relata Porto-Gonsalves (2017), ressaltando que a modernização foi conservadora, ou seja, não atendeu as necessidades de todos, principalmente os nordestinos que vieram em busca de melhoras. É a partir dessa necessidade, que se estabelecem os movimentos sociais e as lutas coletivas na região da Transamazônica.

As lutas dos movimentos sociais não só no eixo da Transamazônica, mais em todo o território nacional, geraram impactos significativos para o campesinato, como a legitimação perante a constituição que ampara os movimentos de luta pela terra e pela reforma agrária, como bem como ressalta Garcia (2012).

Apesar de vários recuos determinados pela atuação dos setores conservadores, esta estratégia de legitimação constitucional das lutas sociais fixou em termos bastante amplos e razoáveis na Constituição Federal o dever do Estado de implantar um programa nacional de Reforma Agrária (art. 184 a 191 da Constituição), e muitas das reivindicações dos movimentos sociais de sem-terras no país são articuladas não como meras pretensões de fato, mas como exercícios de direito – no que, inclusive, estão certas”. (GARCIA, 2012, p. 463)

Os movimentos sociais de apoio os povos do campo, ganharam força na região da Transamazônica no final do século passado. O abandono em meio às condições intrafegáveis da BR e o alto índice de doenças como a malária fizeram com que houvesse uma mobilização muito forte liderada pelos camponeses e pela igreja católica.

O trecho que compreende o trajeto entre o município de Marabá e Altamira ficou historicamente marcado pelas lutas camponesas pela terra e por melhorias de condições de existência amparados coletivamente na estruturação dos movimentos sociais juntamente com a CPT (Comissão da Pastoral da Terra), instituição que surge vinculada a igreja católica e que atua principalmente na formação dos camponeses, na elaboração de materiais didático que serviram de base para as escolas vinculadas ao movimentos e a reforma agrária, além do resgate de pessoas expostas ao trabalho escravo que ainda ocorre com frequência na região.

Mais para o oeste do trecho citado acima, na mesorregião de Altamira e do Xingu, em que o projeto de assentamento Ribeirão das Pedras está localizado, surge o MPST (Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica), outro movimento que se orienta pela força coletiva dos camponeses, tocados pelo descaso

do governo à região. Esse movimento foi: “(...) *uma reação dos agricultores ao abandono do governo e foi apoiada por vários outros grupos organizados, dentre esses a Igreja Católica através da Prelazia do Xingu e exigiam do Governo Federal a retomada do projeto de colonização*”. (SOUSA, 2006, p. 17).

O MPST se tornou a maior representação dos camponeses da região da Transamazônica no entorno de Altamira e mais tarde amplia o movimento com a FVPP (Fundação Viver Produzir e Preservar), atuando como a representatividade de todas as instituições sociais da região como os STTRs (Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais), as CFRs (Casas Familiares Rurais) do eixo Transamazônica e Xingu, associações de agricultores, movimentos ribeirinhos, movimentos jovens, movimentos das mulheres, dentre outros.

A FVPP sempre atua em parceria com outras instituições de apoio aos povos do campo como a FETAGRI (Federação dos Trabalhadores da Agricultura), abrangendo “ (...) um total de 15 municípios (Pacajá, Anapú, Vitória do Xingu, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas, Rurópolis, Itaituba, Trairão, Jacareacanga, Novo Progresso, Senador José Porfírio e Porto de Moz) no Pará” (SOUSA, 2006, p. 20).

É nesse contexto de lutas e organizações sociais dos camponeses que surgem os Projetos de Assentamentos na região, que também passaram por momentos de dificuldades, em meio aos conflitos e assassinatos de lideranças comunitárias, as dificuldades de acesso, o enfrentamento às doenças e o descaso das políticas públicas construídas. Posteriormente, os PA's dessa região começaram a sofrer pressão no uso da terra em função da pecuária extensiva desencadeada por políticas governamentais de colonização com o propósito emancipatório de desenvolver a grande empresa pecuária na região.

É a partir desse processo histórico que apresentaremos um pouco da história de mobilizações, lutas e resistência frente as ameaças e as dificuldades na conquista do Projeto de Assentamento Ribeirão das Padras no Município de Pacajá/Pará e explicaremos as trajetórias e os processos que se desdobraram ao longo desse contexto.

2. Mobilizações, lutas e resistência do Projeto de Assentamento Ribeirão das Padras no Município de Pacajá/PA

O Projeto de Assentamento Ribeirão das Padras está localizado na Rodovia Transamazônica (BR 230), no km 238, lado sul sentido Marabá-Altamira, no município

de Pacajá-Pa. O mesmo tem início à 10 km e término com 17 km da rodovia e a 56 km da sede do município. Inicialmente o PA se consolidou com 38 parcelas de 50 ha e conseqüentemente com 38 famílias assentadas. Atualmente nessa comunidade residem 37 famílias, sendo 25 famílias assentados titulares dos lotes e 12 que não são assentados, mas residem nos mesmos lotes que seus pais, ou se agregam por algum vínculo de parceria segundo a presidente da ANE (Associação Nova Esperança do Projeto de Assentamento Ribeirão das Pedras) Maria do Socorro Silva dos Santos Silva (2023).

As mobilizações coletivas dos agricultores para a ocupação da então fazenda conhecida como Pioneira e Santa Joana, onde hoje se localiza o assentamento, tiveram início pelos anos 1996-1997. Os filhos de moradores da então “vicinal velha” que antecede a localidade do PA nos primeiros 10 km de estrada vicinal e pertence a primeira demarcação proposta pelo “PIC (Programa Integrado de Colonização) Marabá-Altamira planejado pelo governo, que se estende por 529 km e ocuparia uma faixa de 10 km de cada lado da rodovia Transamazônica com a distribuição de lotes de terras e aberturas de vicinais a cada 5 km” (BATISTA, 2020, p.21).

Os posseiros na maioria com suas famílias e com anseio de conseguirem “um pedaço de terra” para trabalhar decidiram ocupar a fazenda, que segundo o senhor Raimundo nonato Araújo Silva (2023), residente do assentamento, um dos pioneiros e estava no momento da ocupação, relata que, a mesma tinha uma área de 2 glebas, sendo que cada gleba dispõe de 600 alqueires totalizando 1200 alqueires de terras devolutas improdutivas.

A ocupação da fazenda aconteceu simultaneamente em quatro vicinais, na vicinal do km 225, km 230, km 238 (a vicinal do P.A Ribeirão das Pedras) e a vicinal do km 245, todas no sentido Marabá-Altamira do lado sul da BR 230. Os agricultores se mobilizaram para ocupar as matas da fazenda ao mesmo tempo nas quatro vicinais, em articulação com outros agricultores pretendentes das outras áreas formando então, quatro projetos de assentamento nas respectivas vicinais citadas acima. Incentivados e respaldados de que a área tinha pendências documentais e ao mesmo tempo improdutiva.

Com o apoio de lideranças sindicais como o senhor Enedino Borges Cruz, então delegado do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pacajá e sobre a presidência do senhor Dorival Lima, conhecido como Dorim, outra importante liderança sindical, de acordo com o senhor Enedino Borges, não mediram esforços para as lutas pelas terras e juntos garantiram as negociações com o fazendeiro e com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização da reforma Agrária).

Em meio a esse processo de ocupação, segundo outra liderança comunitária Walber da Silva Cruz (2023), assentado no assentamento e ex-presidente da associação, relatou que a conquista não foi fácil, pois o fazendeiro (Dr. Ivan) resistia em ceder as terras para os camponeses, que foram obrigados em ir ao extremo de permanecerem em trincheiras sob ameaças de pistoleiros, mas permaneceram munidos de esperança na conquistar das terras e prosperarem enquanto comunidade.

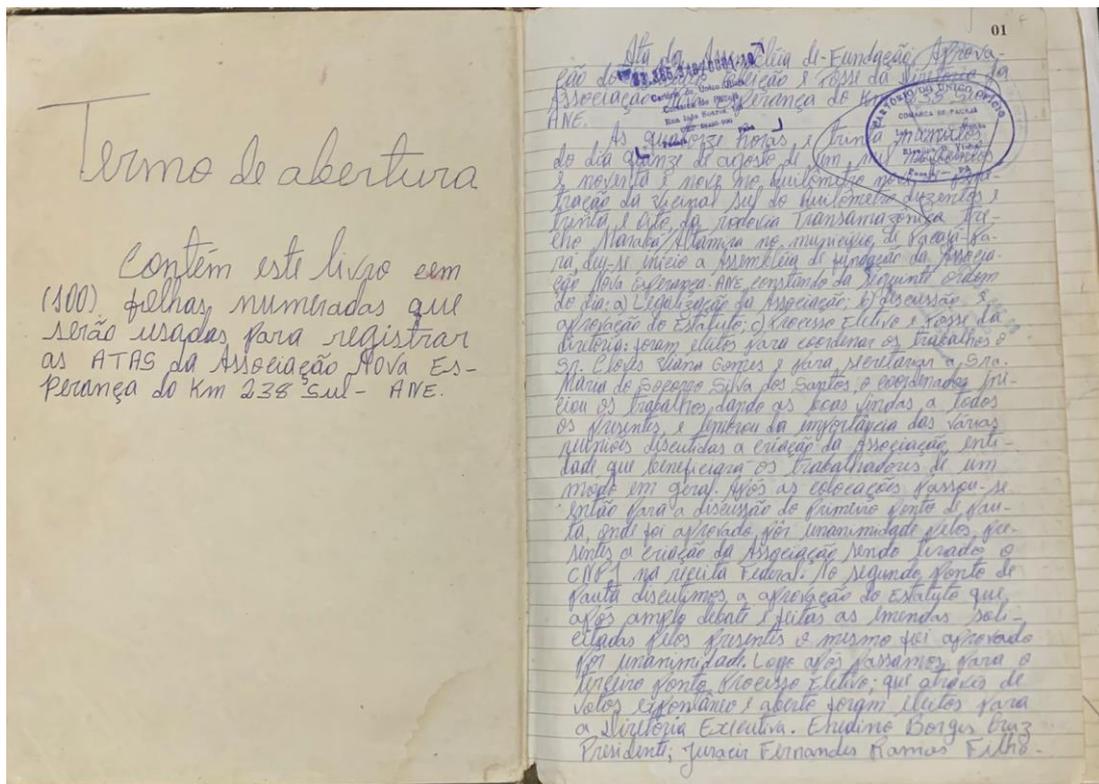
Foi com essa força coletiva, em meio aos transtornos dos conflitos com o fazendeiro, que as famílias conseguiram colocar suas primeiras roças trabalhando em mutirões, conforme relata o senhor Raimundo Nonato Araújo Silva assentado no lote de número 14 do assentamento:

“No início era difícil, nós trabalhava em mutirão, fizemos uma roça na frente de todos os lotes, ficou muito bonito quando o arroz madureceu como uma grande roça emendada, o fazendeiro tentou tirar nós logo depois que colhemos a primeira roça, era tudo família nova, enquanto nós trabalhava o sindicato tentava negociar com o homem (Dr. Ivan) e com o INCRA”. (SILVA, 2023)

As lutas e resistências se estenderam por alguns anos, os agricultores permaneceram até o INCRA demarcar as parcelas de 50 ha. Somente pelos anos 1999-2000 desenvolveram suas próprias relações sociais, econômicas, religiosas, educacionais e esportivas. O marco desse início de consolidação, enquanto assentamento e comunidade, foi a criação da Associação Nova Esperança do Projeto de Assentamento Ribeirão das Pedras ocorrida no ano de 1999, como reza sua Ata da Assembleia de Fundação (figura 1):

“As quatorze horas e trinta minutos do dia quinze de agosto de um mil novecentos e noventa e nove no quilômetro nove da penetração da vicinal sul do quilômetro duzentos e trinta e oito, da rodovia Transamazônica trecho Marabá/Altamira no município de Pacajá-Pa deu-se início a assembleia de fundação da Associação Nova Esperança – ANE” (ANE, 1999).

Figura 1: Ata da assembleia de fundação e aprovação do estatuto, eleição e posse da diretoria da ANE - Associação Nova Esperança do km 238 sul.



Fonte: ANE, 1999.

No mesmo período, também houve a mobilização dos pais para a criação da escola da comunidade denominada Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Angelim, essa mobilização se insere no contexto de luta para o acesso ao conhecimento e a garantia do direito à escolarização para os sujeitos do campo que se caracteriza na luta da classe trabalhadora (MOLINA e SÁ, 2012, p. 327).

A construção feita de pau-a-pique, coberta de palha de coco babaçu e bancos de Açaizeiros de forma bem rústica e com muitas dificuldades principalmente na falta de materiais didáticos, mas atendia as necessidades educacionais dos filhos dos moradores, segundo a primeira professora da comunidade Maria Albertina Araújo Silva (2018), atuante até os dias atuais e contribuindo para alfabetização e escolarização das crianças e adolescentes do assentamento.

A construção da escola foi um momento muito festivo na comunidade, pois expressava uma conquista coletiva para os então acampados. A construção se deu em mutirão, com plantio de árvores como expressa a figura 2, em que os pais, alunos e a

professora ansiavam por melhorias e acreditavam na evolução da localidade a partir da educação.

Figura 2: Plantio de árvore nos arredores da escola pela professora Maria Albertina Araújo Silva e o senhor Lourenço da Conceição, com os pais e alunos.



Fonte: Maria Albertina Araújo Silva, 2000.

A escolinha da comunidade passou por algumas transformações na sua infraestrutura, passando de pau-a-pique para madeira serrada e posteriormente com base e banheiros de concreto armado. A mesma mudou-se duas vezes de localização dentro do assentamento, segundo a professora Maria Albertina. Atualmente a escola se chama Escola Municipal de Ensino Fundamental Princesa Isabel, atendendo alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental.

Continuando em suas construções coletivas e com o propósito de suas manifestações de fé, iniciaram as reuniões religiosas nas casas dos moradores, segundo os relatos de Mari do Socorro Silva dos Santos (2023), “os folhetos eram usados e vinham da comunidade São João Batista, da vicinal velha”. Só depois de um tempo construíram a igreja católica, que ocorreu após a construção da escola. A comunidade cristã, adotou São Lucas como padroeiro com suas festividades que acontecem no mês de outubro na localidade. Com o passar do tempo, outras religiões protestantes adentraram à comunidade, porém não se firmaram, fazendo com que apenas a igreja católica perpetue em parceria com a associação com suas sedes físicas, próximas uma da outra (como

mostra a figura 3), contribuindo com a comunidade na perspectiva da organicidade coletiva, solidária, participativa e atuante.

Figura 3: Igreja católica C.C São Lucas e barracão da ANE



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2019.

Ao passar dos anos, e com a conquista dos lotes, os agricultores começaram a ter acesso às políticas públicas de fomentos e assistência do governo, como o fomento para compra de ferramentas no ano de 2006, a construção das casas do INCRA entre os anos 2011/2012, o programa Luz para Todos que adentra a comunidade em 2013 e o acesso ao Pronaf A¹ (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em 2014, (Silva, 2018).

Com o avanço e as transformações da localidade, percebe-se transformações nas trajetórias dos sistemas de produção, em que inicialmente predominava o sistema convencional de roça de corte e queima, e posterior plantio de lavoura branca, em seguida, via de regra, os agricultores entravam com o capim no intuito da criação de gado, o que era incentivado pelo crédito e assistência técnica da época. Foi com essa trajetória, que a economia baseada na agricultura, passou por uma transição de agricultura diversificada e pautada nas culturas anuais como, arroz, milho, feijão e mandioca, para uma economia

¹ **Pronaf A:** Financiamento para custeio e investimento para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, industrialização de serviços no estabelecimento rural em áreas comunitárias. Fonte: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>

baseada principalmente pela criação de bovinos no sistema extensivo. Ainda assim, existem 4 unidades de produção que adotam o sistema de produção diversificado, escoando seus produtos na feira da produção familiar na sede do município de Pacajá, duas vezes por mês como retrata a figura 4.

Figura 4: Banca da dona Maria do Socorro Silva dos Santos e do senhor Raimundo Nonato Araújo Silva na feira do agricultor em Pacajá-Pará



Fonte: Maria do Socorro Silva dos Santos 2021.

A abordagem histórica sobre o projeto de assentamento Ribeirão das Pedras, nos remete a possibilidade de um retorno de suas histórias, resgatando assim, aspectos culturais do passado, para que possamos dar continuidade na materialização das histórias vivas nas memórias dos moradores pioneiros da comunidade, e que agora se tornará documento e possam ser utilizadas em outros trabalhos desta natureza.

O entendimento do contexto histórico do assentamento também nos mune de informações que servirão para os diálogos futuros proposto nesse trabalho, principalmente no que diz respeito aos aspectos da educação da localidade, a qual abordaremos no próximo tópico, diagnosticando elementos das trajetórias educativas que ocorreram na localidade.

3. Diagnóstico da educação campo, historicidades, desafios e abrangência

A educação do campo emerge das lutas dos povos dos territórios rurais, que por direito, necessitam de uma educação que os representem e valorize o conhecimento construído ao longo da história, garantindo a manifestação da cultura e da identidade desses povos. Esse movimento de luta por uma educação representativa dos povos dos territórios ganha força:

[...] com a publicação, ainda em 2003, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, e com a realização, a partir de 2004, de 25 Seminários Estaduais de Educação do Campo, a ainda SECAD / MEC iniciou diferentes ações visando ao fortalecimento da educação do campo no Brasil. (PPC FECAMPO, 2018, p.5)

Mesmo diante desse aceno, nos territórios dos povos tradicionais do campo temos um processo constante de ameaças à educação do campo, pelo sucateamento das escolas do campo e adoção de uma perspectiva urbanocêntrica do ensino, ou ainda pior, a caracterização do campo como periferia da cidade, como ressalta Arroyo (2007):

“A recomendação mais destacada é: não esquecer os outros, adaptando às condições do campo a educação escolar, os currículos e a formação dos profissionais pensados no paradigma urbano. As consequências dessa inspiração no paradigma urbano são marcantes na secundarização do campo e na falta de políticas para o campo em todas as áreas públicas, saúde e educação de maneira particular. O campo é visto como uma extensão, como um quintal da cidade. Consequentemente, os profissionais urbanos, médicos, enfermeiras, professores estenderão seus serviços ao campo. (ARROYO, 2007, p.159)

Na intenção de entender esses processos de dificuldades que permeiam o contexto escolar do campo, apresentaremos o resultado de um diagnóstico acerca dos espaços educativos que atendem a comunidade, sendo eles de educação formal e não formal.

O diagnóstico a seguir foi elaborado no âmbito dos espaços formativos do Projeto de Assentamento Ribeirão das Pedras. O mesmo foi realizado na Escola

Municipal de Ensino Fundamental Princesa Izabel. A troca de nomenclatura se deu devido o assentamento se localizar em uma região de divisa de municípios (entre Pacajá/Pa e Novo repartimento/Pa) e então a instituição que hora pertence ao município de Novo Repartimento/Pa, e se anexa à Escola Municipal de Ensino Fundamental Bandeirantes do distrito de Maracajá-Pa, no município de Novo Repartimento, já pertenceu no início ao município de Pacajá/Pa.

Além da escola da comunidade, tem a Associação Nova Esperança (ANE) e que atua como espaço educativo para os agricultores, desenvolvendo vários cursos, palestras e oficinas que certamente contribuem com a localidade e os sujeitos que se articulam em suas demandas.

As abordagens a seguir referem-se à escola responsável pela alfabetização e escolarização dos filhos dos agricultores da comunidade, aos cuidados da atual professora e representante Maria Albertina Araújo Silva e os demais espaços educativos como a associação Nova Esperança do Projeto de Assentamento representada pela presidenta Maria do Socorro Silva dos Santos. O objetivo consistiu na coleta de dados para qualificação dos espaços educativos junto aos responsáveis desses espaços, gerando registros e documentos a serem analisados.

Para a compreensão sobre a abordagem da pesquisa qualitativa, de acordo com Minayo (2002):

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. [...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2002, p. 22:23).

Para isso, foi necessário o máximo de coleta de materiais possíveis para agregar valor aos fatos narrados, bem como a realização de entrevistas com os principais responsáveis pelos espaços educativos da comunidade em formato de questionário semiestruturado. Em seguida, sistematizamos as informações que serão expostas nas tabelas.

2. Situação Legal da Instituição

A escola acima citada atende a comunidade das famílias de agricultores assentados no PA. A mesma é anexa à Escola Municipal de Ensino Fundamental Bandeirantes, do distrito de Maracajá-Pa no município de Novo Repartimento. Não possui Projeto Político Pedagógico, nem Conselho Escolar, também não é atendida por programas e recursos que atendem a Instituição (PDE², PDDE³, por exemplo). O acompanhamento pedagógico por parte de setor especializado da SEMED do município (Secretaria Municipal de Educação) funciona parcialmente, uma vez que, o setor responsável pela educação rural do município não acompanha como deveria, por isso surgem as necessidades e o mau andamento na escola.

A escola é anexa, não tem PPC e nem autonomia própria, a comunidade interfere muito pouco nas atividades da escola, a instituição vive “se arrastando” pelo fato da baixa quantidade de alunos, falta de estrutura e participação da comunidade. O serviço prestado pela escola é independente, sem envolvimento e participação dos pais, sobretudo por desinteresse, segundo a professora Maria Albertina (2019).

A escola foi instalada na comunidade, desde o início da formação do assentamento, quando surgiu a necessidade de criar o espaço físico no intuito de alfabetizar os filhos dos moradores. A primeira construção ainda bem rústica como explícita no item 2 deste trabalho, apresentava inúmeras dificuldades, desde o acesso dos alunos em meio às estradas de lama, a falta de materiais, dentre outras. Ainda assim já era uma conquista animadora para época.

3. Situação de Funcionamento e Dependência Administrativa

A escola está construída no local permanente há 12 anos. Está vinculada a rede de escola pública municipal, oferecendo o nível de modalidade do 1º ao 5º ano do ensino fundamental organizada em séries ofertadas em multisserias presencial com turma única desde 2016.

² **PDE:** é uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a realizar melhor o seu trabalho: focalizar sua energia, assegurar que sua equipe trabalhe para atingir os mesmos objetivos e avaliar e adequar sua direção em resposta a um ambiente em constante mudança. Fonte: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/137-programas-e-acoas>

³ **PDDE:** consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. Fonte: <http://portal.mec.gov.br/financiamento-estadual/dinheiro-direto-na-escola#:~:text=Programa%20Dinheiro%20Direto%20na%20Escola>

Tabela 1: Dados sobre oferta do ensino (dados referentes aos anos de 2016 a 2018)

Modalidade	Organização	Oferta	Número de turmas	Número alunos	Alunos/Turma [média]	Ano Base
Ens. Fund 1ª ao 5ª ano	Séries	Multisserie	1	20	4	2016
Ens. Fund 1ª ao 5ª ano	Séries	Multisserie	1	18	3,6	2017
Ens. Fund 1ª ao 5ª ano	Séries	Multisserie	1	18	3,6	2018

Fonte: pesquisa de Campo, 2018. Org. do Autor.

Tabela 2: Situação de funcionamento

Modalidade	Oferta	Matricula Inicial	Faixa Etária	Índice de retenção	Índice de evasão	Índ. aprovação	Ano
Ens Fund 1ª a 5ª ano	Multisseriado [1ª e 5ª]	20	6-14	20%	25 %	99 %	2016
Ens Fund 1ª a 5ª ano	Multisseriado [1ª e 5ª]	18	6-15	15%	20%	88,9 %	2017
Ens Fund 1ª a 5ª ano	Multisseriado [1ª e 5ª]	18	6-16	20%	5%	83,4	2018

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018. Org. do Autor.

A opinião da responsável pela instituição escolar professora Maria Albertina sobre a multissérie, limita-se a dificuldade de um único professor, em que o espaço de

tempo é pouco, exige muito do profissional no atendimento de todos em um período de 4 horas, além da ausência de material.

Em relação ao calendário escolar se respeita os feriados nacionais, datas comemorativas e as disciplinas acompanham os parâmetros exigidos. Não existe adequação à realidade local.

A merenda escolar vem de fornecedores externos, a comunidade não vínculo de fornecimento via PNAE⁴ (Programa Nacional de Alimentação Escolar). O cardápio é praticamente à base de enlatados e processados, a quantidade fornecida é suficiente mas nem sempre de boa qualidade, a oferta diária é somente no lanche que normalmente acontece por volta das 10 horas no período matutino.

3.3 Público Atendido

Tabela 3: Dados sobre público atendido

Modalidade	Alunos atendidos		Faixa etária	Moradores localidade	Moradores localidades vizinhas	comunidades atendidas	Ano
	M	F					
Ens Fund 1ª a 5ª ano	8	12	6-14 anos	20	0	1	2016
Ens Fund 1ª a 5ª ano	11	7	6-15	18	0	1	2017
Ens Fund 1ª a 5ª ano	10	8	6-16	18	0	1	2018

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018. Org. do Autor.

⁴ **PNAE:** consiste no repasse de recursos financeiros federais para o atendimento de estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes municipal, distrital, estadual e federal e nas entidades qualificadas como filantrópicas ou por elas mantidas, nas escolas confessionais mantidas por entidade sem fins lucrativos e nas escolas comunitárias conveniadas. O objetivo de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. Está regido na lei LEI Nº 11.947 DE 16 DE JUNHO DE 2009. Fonte: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>

A escola não dispõe de transporte escolar, pois existe somente transporte particular (motocicleta) das famílias com o acompanhamento de alguns pais. Os alunos que moram mais próximo à escola fazem o trajeto à pé.

3.4 Recursos Humanos

A escola dispõe somente de uma professora, que declara ter conhecimento sobre Educação do Campo e trabalha na comunidade por escolha própria por ser moradora da mesma, pela necessidade de professor e laços familiares. O trabalho prestado pela professora é remunerado, mas existe também trabalhos voluntários na escola, que acontecem quando há necessidade, como por exemplo, os pais se manifestarem para a limpeza externa da escola e uma mãe que se voluntaria para fazer a merenda dos alunos.

Tabela 4: Dados sobre o corpo docente

Atuação	Modalidade	Sexo	Idade	Escolaridade	Tempo serviço	Local de moradia	Condição profissional	Trabalha em quantas escolas
Prof Geral	Ens Fund 1 ^a a 5 ^a ano	F	58	Ensino Superior Linc. Pedagogia	26 anos	Comunidade	Efetivo	01

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018. Org. do Autor.

3.5 Infraestrutura e logística disponíveis

A infraestrutura e logística disponível atendem parcialmente o desenvolvimento do processo pedagógico com algumas limitações, existe material e uma profissional qualificada, mas a estrutura deixa a desejar com banheiros em péssimas condições, sem biblioteca, falta de profissionais para o auxílio da professora que atua até como serviços gerais. O que se alega, é que o número de alunos é baixo e então, a prefeitura não pode disponibilizar outra pessoa para contribuir com a escola, segundo a professora.

Tabela 5: Dados gerais das instalações físicas

Local de funcionamento e área do terreno [m²]	Tipo de construção	Material da parede	Material cobertura	Material do piso	Fonte de Energia e Iluminação
Cedido. Medidas do terreno: 900 m ² (30 m x 30 m)	Permanente	Madeira	Telha reciclada	Cimento queimado	Sim, boa, fornecida pela Celpa.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018. Org. do Autor.

Tabela 6: Dados dos espaços físicos

Espaços existentes	Quantidade	Condições – Qualidade			Frequência de uso*
		Tamanho	Iluminação*	Ventilação*	
Sala de aula	02	6 m x 8 m	Regular	Ruim	Regular
Banheiros	02	2 m x 1,5 m	Ruim	Ruim	Regular
Cozinha	01	4 m x 6 m	Regular	Regular	Regular

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018. Org. do Autor.

Os espaços acima citados de fato existem, porém, com qualidade comprometida. No entanto, a falta de outros espaços como: biblioteca, horta, sala de informática, secretaria, sala de professores, quadra de esporte coberta, sala de leitura, local para as crianças fazerem as refeições, almoxarifado estão presentes na realidade da escola e comprometem o processo de ensino aprendizagem dos discentes, além de limitar o trabalho da profissional que atua na instituição.

Além da precariedade na infraestrutura da escola, a falta de materiais como: Data Show, TV, aparelho de som, DVD, microfone, impressora, filmadora, dentre outros expressam as condições precárias da escola, nesse caso, o que predomina é o improvisado, a secretaria não presta as devidas assistências à escola, então, o jeito é ir lavando como conseguimos (Silva, 2019).

Tabela 7: Água, esgoto e lixo

Fonte de água	Existência e condições da caixa d'água Potável	Tratamento da água fornecida para beber	Destino do esgoto	Destino do lixo	Destino dos dejetos fecais
Vizinho	Não	Filtrada, clorificada	Fossa	Queimado	fossa negra

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018. Org. do Autor.

3.6 Avaliação das formações escolares ofertadas

O objetivo da formação escolar consiste em fazer com que os alunos se desenvolvam como uma pessoa capaz de conviver em sociedade. A educação infantil e fundamental bem concedida é de extrema importância para que o aluno alicerce seu processo de aprendizagens futuras. Reconhece-se assim, que a escola deve ter uma visão associada às experiências cotidianas do educando, para desenvolver um processo de ensino-aprendizagem virtuoso. Para isso, é necessário que a escola reconheça que desempenha um importante papel na vida social do educando. (SILVA, 2018, p.12-13).

De acordo com os objetivos da avaliação, os resultados obtidos pela escola de certa forma são positivos, pelo fato de que os alunos que passaram pela instituição, seguiram suas vidas e se tornaram pessoas engajadas no compromisso de uma sociedade mais justa nos mais diversos campos de atuação dos trabalhos laborais aos trabalhos intelectuais, (Silva, 2019).

Apesar das dificuldades relatadas pela docente e observadas no diagnóstico quali-quantitativo deste tópico, surgem as conquistas, os avanços e resultados positivos das atividades pedagógicas desenvolvidas pela escola, que segundo os entrevistados, devido ao fato de termos muitos alunos alfabetizados na escolinha da localidade e hoje são profissionais reconhecidos e que coroam o esforço de ambas as partes.

Os conteúdos trabalhados na formação dos educandos são lecionados principalmente com o auxílio de livros didáticos. As metodologias adotadas pela docente no ensino das crianças são: escrita, leitura, desenho, recortes, colagens, brincadeiras, jogos e atividades de campo. Os principais eventos socioeducativos e culturais abrangidos pela escola, consistem no acompanhamento da comunidade nas datas comemorativas, como exemplo: comemorações do dia do livro, dia dos pais, dia das mães, dia das crianças

e etc. Algumas reprovações pela falta de interesse dos pais e de alguns alunos são algumas das reclamações da professora, em relação ao aproveitamento escolar.

Os conteúdos e metodologias nem sempre são adequados às necessidades e possibilidades de aprendizado dos educandos e a realidade da comunidade, pois há dificuldade de acesso de material advindo da região, pelo fato dos livros retratarem somente uma realidade urbana e bem distante. Isso acontece devido a obrigatoriedade de acompanhar as metodologias e os conteúdos propostos pelos livros didáticos.

É de extrema importância, o professor conhecer a realidade da comunidade e do campo, pois utilizar exemplos próximos dos alunos tende a facilitar o processo de ensino-aprendizagem. A profissional da escola, compreende a necessidade de diferenciar pedagogicamente as propostas formativas em relação às escolas da cidade, contemplando a realidade do campo pelo fato de que o aluno tem que crescer sabendo as realidades distintas e a realidade em que ele vive. A formação profissional-acadêmica inicial possibilita aos formadores trabalhar compreendendo e atendendo as demandas da realidade da comunidade, e a formação continuada trabalha na perspectiva da discussão da educação do campo se houver a necessidade os profissionais aprenderam as possibilidades de se trabalhar a partir das realidades do campo. A prática educativa vem contribuindo com a comunidade, pois a maioria dos alunos estão seguindo seus estudos adiante dando valor ao seu processo de formação, porém com grande índice de evasão da juventude da comunidade.

3.7 Identificação da instituição de educação não-escolar

A Associação Nova Esperança, com sua sede no espaço de realização de eventos da comunidade (barracão da Associação) também contribui com os agricultores, como uma mediadora para obtenção de cursos e capacitações como apresentaremos a seguir na tabela 8.

Tabela 8: Formações ofertadas via associação no período de 2016-2018.

Cursos	Temas	Números de turmas	Números de alunos	Período
Unitec projetos agropecuários	Estética e beleza	1 turma	20 alunos (as)	11/07/2016 8 horas

Unitec projetos agropecuários	Arte em sandálias	1 turma	18 alunas	18,19 e 20 /08/2016 24 horas
Unitec projetos agropecuários	Agente vacinador	1 turma	28 alunos (as)	17/05/2017 8 horas
Unitec projetos agropecuários	Pintura em tecidos	1 turma	25 alunos (as)	27/04/2017 8 horas
Unitec projetos agropecuários	Produção de salgados	1 turma	19 alunos (as)	28/08/2017 8 horas
SEBRAE	Oficina custo para produzir no campo	1 turma	18 alunos (as)	14/12/2018 4 horas
SEBRAE	Oficina controlar meu dinheiro no campo	1 turma	22 alunos (as)	14/12/2018 4 horas
SEBRAE	Oficina boas práticas de manipulação de alimentos	1 turma	20 alunos (as)	10/04/2018 8 horas
SEBRAE	Oficina de marketing em vendas	1 turma	16 alunos (as)	06 e 07/05/2018 16 horas

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018. Org. do Autor.

As formações ofertadas na comunidade contemplam grande parte das famílias de agricultores, desde as crianças da alfabetização até os agricultores e as agricultoras inseridos diretamente nos processos produtivos do assentamento. Os processos formativos diagnosticados e expostos acima, contribuem para o acúmulo de conhecimentos dos membros da comunidade lhes garantindo a possibilidade sobretudo de acessarem a educação não escolar, nesse caso os cursos ministrados via associação.

O objetivo das formações ofertadas consiste em despertar os agricultores para ampliarem suas produções e melhorar a manipulação de produtos a serem comercializados, além de aprenderem através da arte, que em suas propriedades existem vários produtos que podem ser manufaturados e agregarem valores que somarão a sua renda. Essas formações são importantes para melhora do desempenho da comunidade no quesito produção e comercialização. Facilita as relações sociais da comunidade e proporciona destaque da comunidade com o meio externo e o resultado obtido é satisfatório. Outros conhecimentos que antes eram restritos, segundo os moradores, como as vacinações dos rebanhos de bovinos de maneira correta, prática essa que, com a realização do curso, possibilitou aos agricultores tomar ciência da forma correta e segura.

As principais dificuldades encontradas pelas atividades pedagógicas desenvolvidas nas formações, segundo as lideranças entrevistadas nessa pesquisa, são o acesso dos formadores até o local de realização da formação, devido às más condições da estrada no período chuvoso e a falta de empenho de uma parte de agricultores para participarem das formações. Mas, podemos citar como conquistas, avanços e resultados positivos das atividades pedagógicas desenvolvidas nesta formação, o aumento da produção, melhoria na qualidade de atividades oferecidas, aumento da renda das famílias que participam ativamente dos cursos ofertados e posteriormente melhoria na qualidade de vida dos assentados.

Avaliação da qualidade das formações ofertadas é satisfatória. As condições de oferta e dos resultados da formação, segundo a opinião dos agentes pedagógicos é excelente, o público atendido e lideranças comunitárias traduzem que as formações foram de excelente qualidade com profissionais altamente qualificados, foram emitidos cadernetas, apostilas e certificados, além de avaliações por parte dos agricultores em relação ao órgão prestador de serviço.

Todos esses cursos e oficinas ofertados aconteceram pelo fato do Projeto de Assentamento ter uma associação ativa, e uma cooperativa, em que alguns agricultores são sócios. Outro aspecto de destaque é a união das famílias do assentamento, que apresentam disposição em trabalhar de forma coletiva principalmente na busca por novos conhecimentos.

3.9 Relação Escola-Comunidade

A relação escola-comunidade deve ser uma via de mão dupla. A escola necessita efetivamente do apoio comunitário para se fortalecer e atuar com eficácia na formação dos sujeitos da localidade. Já a comunidade, necessita de uma escola atuante que ajuda os indivíduos a se auto reconhecerem enquanto sujeitos da localidade e capazes de contribuir na construção de uma comunidade cada vez mais coletiva, próspera e solidária.

A educação deve estar intrinsicamente relacionada com todos os aspectos da comunidade, sejam eles culturais, aspectos de valores, com os sistemas produtivos, trabalho e etc. Para garantir a formação de sujeitos cada vez mais engajados nas participações sociais como ressalta Caldart (2012):

[...] para nós, a educação compreende todos os processos sociais de formação das pessoas como sujeitos de seu próprio destino. Nesse sentido, educação tem relação com cultura, com valores, com jeito de produzir, com formação para o trabalho e para a participação social. (Kolling, Cerioli e Caldart, 2002, p. 19 *Apud* Caldart, 2012, p. 260)

No caso da comunidade abordada identificamos uma problemática. A comunidade participa ativamente na proposição e realização das atividades pedagógicas das/nas instituições escolares e não-escolares, sempre que ocorre é em parceria com a comunidade. No entanto, a escola não contempla alguns aspectos da comunidade, o que entendemos como preocupante. Uma vez que a escola não dialoga com a realidade do assentamento, como por exemplo, a utilização de práticas pedagógicas voltadas para a produção agrícola estão ausentes no diagnóstico que realizamos, levando-nos ao questionamento: como a criança irá se auto reconhecer como agricultor familiar sem ter acessado na escola práticas que lhes proporcionarão conhecimentos acerca da produção familiar? Esse é apenas um questionamento de uma série de perguntas que poderíamos fazer, relacionados a cultura, a educação acerca dos conhecimentos da comunidade certamente fundamentais para que os indivíduos não percam suas origens, ou até mesmo não deixem a localidade sem qualquer vínculo afetivo ou sentimento de pertencimento, caso contrário, o método de ensino se torna pobre e esgotante como menciona Arroyo (2012), relatando que:

[...] esta maneira de organizar o ensino é esgotante e empobrecedora, sobretudo para o aluno e jovens do campo, que não conseguem visualizar e vivenciar o que aprendem de forma relacionada com o mundo do trabalho. Recai neste

cenário então um questionamento comum entre os alunos, ‘mas porque estudo isso? Para que vai me servir isso para o futuro?’ (ARROYO; 2012, p.18)

É nesse contexto em que a escola do campo necessita estabelecer laços com a comunidade, buscando saber o que ela sente e almeja.

4. Considerações

Para isso, se faz necessário que os educadores sejam comprometidos em se doar no ato de educar. E que, ao ensinar jamais podem se colocar como agentes transferidor de conhecimento. Na educação convencional, na maioria das vezes o educador se coloca como portador de toda verdade, ensinar não é isso, é o conjunto de fatores comportamentais de relevância à serem adotados pelo educador, conforme escreve Paulo Freire:

“Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – *a de ensinar e não a de transferir conhecimento*” (Freire, 1996 p. 28).

Essas reflexões desenvolvidas pelo autor nos dão a possibilidade de conhecer a essência de um educador autêntico.

Contudo, buscaremos entender na sequência a importância do sistema de produção, como ele interfere na consolidação da comunidade e como a educação do/no campo se estabelece e contribui para esse processo, em suas diversas possibilidades de práticas pedagógicas, como: a interdisciplinaridade, o trabalho como princípio educativo, alternâncias pedagógicas, planos de estudos e pesquisas participativas.

A seguir, trataremos uma abordagem, acerca dos sistemas de produção do projeto de assentamento Ribeirão das Pedras, expondo suas trajetórias e dialogando com modelo de educação, que consideramos mais pertinente e que se encontra localizado próximo e atende a comunidade de forma direta e indiretamente, se trata da experiência da Casa Familiar Rural de Pacajá.

CAPÍTULO II

A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE PRODUÇÃO E DA CASA FAMILIAR RURAL DE PACAJÁ NA PERMANÊNCIA DAS FAMÍLIAS

1. Introdução

Trataremos aqui, sobre o papel do sistema de produção para a permanência das famílias no assentamento e como o sistema produtivo auxilia no fortalecimento comunitário. Abordaremos também, as trajetórias da agricultura familiar na região da Transamazônica evidenciando os desafios e as tendências dessa agricultura tendo como base pesquisas e diagnósticos realizados no PA Ribeirão das Pedras. Nesse segundo capítulo, também trataremos elementos de como a educação do campo atua nesse processo de resistência. Para isso, apresentaremos resultados de pesquisas feitas no âmbito da Casa Familiar Rural de Pacajá, instituição que oferece uma formação voltada para o contexto do campo e atende jovens filhos e filhas de agricultores do município, inclusive do PA em que estamos trabalhando.

A agricultura familiar na região da Transamazônica no trecho que compreende do município de Marabá/Pará ao município de Altamira/Pará, sofre ao longo dos anos processos constantes de transformações. Os processos dinâmicos de transformações que já mencionamos nesse trabalho, nos evidenciam uma agricultura familiar que se constituiu pela prática do corte, derruba e queima como um sistema “convencional” de preparo de área.

No entanto, essa prática de manejo que produzia, em especial, culturas anuais ou lavoura branca como o arroz (*Oryza sativa*) de sequeiro, milho (*Zea mays*), mandioca (*Manihot succulenta*), dentre outras, começa a dar espaço a uma agricultura com traços de maior permanência com arranjos diferentes. O que antes era sazonal, começa a ganhar um caráter mais perene, como o cultivo de frutíferas e a implantação de sistemas de criações, em que a pecuária bovina ganha força e espaço nos assentamentos e nas propriedades da agricultura familiar. Hurtienne (2005), reflete essa transformação e escalona a tendência à mudança e a estabilização de outras formas de agricultura familiar quando diz que:

A produção desses agricultores é destinada basicamente aos mercados locais, regionais e nacionais (senão internacionais, como a

pimenta-do-reino e o maracujá). Nesse segmento da agricultura, que sempre foi associado a uma agricultura "migratória" de derruba e queima com pouca estabilidade territorial e diversidade agronômica, predomina atualmente uma tendência de diversificação crescente dos sistemas de produção agrícola, incluindo de forma variável culturas perenes, pequena criação, extração vegetal e até pecuária. Pelo menos em grande parte do Pará, essa diversificação implica também uma estabilização relativa de grandes segmentos das diversas formas de agricultura familiar na terra firme, na várzea e no estuário. (HURTIENNE, 2005, p.20)

Nesse sentido, o processo de expansão da pecuária que teve início por volta dos anos 1980 e 1990 na região, induzidos pelos incentivos governamentais de crédito, isenção fiscal e infraestrutura, o que por fim resultou em uma atividade pouco produtiva e devastadora da floresta, (Costa, Michelotti, 2020) cresceu muito nos últimos anos, porém, esse sistema de criação apesar de passar uma imagem midiática de desenvolvimento e de prosperidade, no fim das contas elege uma política que inviabiliza os comércios locais como as feiras livres, desestruturando os ciclos curtos de trocas e comércios da agricultura familiar, em função da adoção aos meios longos de comercialização como apresenta Costa e Michelotti (2020):

Nessa nova perspectiva, a própria adição da pecuária pela agricultura familiar passa a ser vista como positiva e com potencialidades de sustentabilidade. No entanto, trabalhos mais críticos apontam que a expansão pecuária, tanto atua no sentido de especialização e subordinação da produção familiar aos circuitos de produção e comercialização estruturados pelos frigoríficos, como contribui – em conjunto com os demais setores do agromínio-negócio – para atrair grandes supermercados que dominam o abastecimento alimentar local, reduzindo as possibilidades de comercialização da produção familiar (MICHELOTTI, 2019, *apud* COSTA e MICHELOTTI, 2020, p.02).

É importante enfatizar que essa perspectiva de desenvolvimento a partir da pecuária extensiva, se sustenta até os dias atuais, e que não é uma mera ilusão, mais sim uma política bem pensada e que levou muita gente a ascensão financeira. O problema dessa alternativa são os resultados a longo prazo que podem ser na maioria das vezes insatisfatório, como, desmatamento excessivo, degradação do solo, queimadas irregulares, desequilíbrio ecológico, desequilíbrio demográfico, etc. Tais resultados, necessitam de um reparo, é necessário que a população acompanhe o processo histórico e evolutivo da sua região, e é nesse contexto que se torna pertinente o debate da educação do campo e para o campo.

Não desconectada dessa realidade e contexto que compreende as dinâmicas das unidades de produção agrícola e as transformações históricas que a agricultura familiar passou nos últimos anos nessa região e com ligação direta, está a educação do/no campo. Entendemos durante o nosso percurso formativo, que a educação do campo exerce papel de um pivô central nas sócio-dinâmicas dos territórios e se constitui como um elemento fundamental na formação dos sujeitos, podendo transforma-los em indivíduos com tamanha capacidade de promover relações sociais emancipadoras, estabelecer laços comunitários e reconhecer sua identidade. Mas para que isso aconteça, é necessário que a educação ofertada no contexto do campo, seja uma educação voltada às vivências e as realidades dos sujeitos do campo, para que os mesmos compreendam:

[...] a relação com a produção na especificidade da agricultura camponesa, da agroecologia; o trabalho coletivo, na forma de cooperação agrícola, em áreas de Reforma Agrária, na luta pela desconcentração das terras e contra o valor absoluto da propriedade privada e a desigualdade social que lhe corresponde.
(CALDART, 2012, p. 265)

O desafio é encontrar no campo uma escola que exerça esse papel integral de formação crítica, emancipatória e relacional aos sujeitos locais. É nesse intuito que abordaremos as experiências da Casa Familiar Rural do município de Pacajá, em uma pesquisa voltada para temática trabalho e juventude, que busca entender como a instituição desenvolve a temática no contexto do campo e como as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola dialogam com a realidade dos jovens fazendo com que os mesmos se identifiquem com o ensino ofertado, abraçando cada vez mais as problemáticas de seu contexto social (do campo), tornando-os lideranças comunitárias, se envolvendo e contribuindo junto com suas famílias nos aspectos produtivos da propriedade, mudando os arranjos produtivos sempre em função dos princípios da agroecologia, além de buscar conhecimentos em formações superiores de ensino para contribuir com suas localidades.

Com isso, entraremos a seguir no debate acerca do papel do sistema de produção para a permanência das famílias no assentamento Ribeirão das Pedras, a partir de um breve resgate de suas historicidades já trabalhadas nesse material, evidenciando as tendências de migração das famílias traçados pelas dinâmicas e trajetórias discutidas nas páginas anteriores.

2. Diagnóstico da importância do sistema de produção: tendências e contribuições identificadas na permanência das famílias no assentamento.

O projeto de assentamento Ribeirão das Pedras emerge da luta dos camponeses no processo de luta pela terra na região da Transamazônica no final da década de 1990, marcado por dificuldades e enfrentamentos, como bem enunciamos no capítulo anterior. Ao fim das lutas e em meio às dificuldades após a conquista do território, o PA se configurou com 38 parcelas de aproximadamente 50 ha, com dimensões de 200 metros de largura e 2500 metros de comprimento. Cada parcela inicialmente era composta por vegetação natural de mata primária, apresentando topografias variáveis entre montanhas, vales e chapadas. Eram 38 famílias assentadas que iniciaram seus processos produtivos. Com o passar dos anos, a introdução de culturas perenes e criação de pequenos e médios animais (aves e suínos), as unidades começaram a se diversificar e podemos dizer que tínhamos 38 unidades de produção agrícolas da agricultura familiar no assentamento.

Cada unidade, representa um sistema de produção distinto e particular que caracteriza a estrutura da UPA (Unidade de Produção Agrícola). As UPAs no universo da agricultura familiar apresentam como características principais, a mão de obra da família na execução das atividades que são desenvolvidas nos sistemas de cultivo, sistema de criação, nas transformações dos produtos e na distribuição. Se caracterizam também na interação sociobiodiversa entre os membros da família, animais, plantas e o meio externo. Cada unidade, carrega uma trajetória vinculada às histórias dos indivíduos que a compõe, com cargas culturais que os direcionam à condição atual. É nesse contexto de trajetórias diferentes e culturas diferentes que se formam a diversidade complexa de cada arranjo particular das unidades de produção agrícola, pois:

Considera-se, que as UPAs são formatadas pelos agricultores e produtores rurais, que organizam suas atividades produtivas a partir de suas condições materiais e de seu legado cultural, étnico e social. Constata-se que a interação de diversas combinações e de diferentes estratégias em relação ao processo de trabalho agrícola define a organização da UPA e a ação de cada membro da família. (ANDRADE, 2009, p.02)

É por esse motivo que algumas unidades trilham caminhos diferentes com maior ou menor complexidade em seus sistemas produtivos. O fato é que a produção exerce um papel fundamental e indiscutível de suma importância para a segurança alimentar e a estabilidade da UPA, pois, a mesma garante a reprodução ampliada da família, as relações de trocas de energias, fluxos e interações nos processos metabólicos e ecossistêmicos da

unidade, além de promover o alimento de qualidade que será consumido pela família e distribuindo o excedente.

Por se tratar de um sistema complexo, de relações entre os meios sociobiodiversos, o sistema de produção pode ser sustentável quando se estabelece uma maior troca de energias orientadas pela sintropia, em que a maior parte da energia é reaproveitada nos processos metabólicos, como exemplo: o soro do leite utilizado para fazer o queijo é destinado para alimentação dos suínos (*Sus Domesticus*), ou a casca da mandioca utilizada para fazer farinha pode ser destinada para alimentação das vacas de leite. Ou seja, o que teoricamente seria destinado ao descarte, vira um aproveitamento de energia para a produção de proteína e geração de leite respectivamente.

Por outro lado, o sistema de produção pode apresenta insustentabilidade, caso as relações sistêmicas apresentem falhas ou desperdícios de energia, como por exemplo, a pouca diversidade produtiva ou a adoção de uma única atividade como fonte de reprodução da família, o que gera risco para a unidade de produção agrícola, levando assim a uma crise no sistema de produção que culminaria no colapso da unidade da agricultura familiar. Esses episódios levam os agricultores a desenvolverem estratégias de transformações e reorganizações dependendo de suas condições para superar essa crise, como relata Hurtienne (2005):

Para superar essa crise do sistema de produção, os agricultores usam uma "estratégia de fronteira" que consiste na venda de uma parte do "capital gado" para a compra de mais terras dos vizinhos (no caso das localidades recentes) ou na venda da terra valorizada para a aquisição de terras mais baratas em localidades novas e distantes (no caso das localidades antigas). Nos dois casos, os agricultores familiares evitam assim a crise do sistema de produção, provocada pela "crise de capoeira" devido ao aumento desproporcional das pastagens e pela "crise técnica" da pecuária devido à sobrelotação, encontrando, no espaço regional, novas reservas florestais onde podem reproduzir o mesmo esquema de "valorização do meio natural", no desenvolvimento de uma agricultura diversificada ou na especialização no gado. (HURTIENNE, 2005, p.44)

Das dinâmicas mencionadas por Hurtienne (2005), observamos que no assentamento ocorreram duas tendências principais, (i) a expansão da pecuária extensiva nas unidades de produção levando à insustentabilidade devido as degradações sobretudo do solo, o que conseqüentemente resultou na venda da propriedade para pessoas externas com maiores poderes aquisitivos e que não moram no assentamento e (ii) o processo de supervalorização da terra ocasionando a venda para pessoas com maior poder aquisitivo

normalmente de fora da comunidade e a busca por terras novas, maiores e mais baratas em locais mais distantes para implantação de pastagens e o aumento da criação de gado.

Desse modo, observamos uma tendência de êxodo que se agrava a cada ano na comunidade. Se observarmos os números no assentamento de aproximadamente 20 anos pra cá, em que inicialmente foram demarcadas 38 parcelas com a mesma quantidade de famílias assentadas e hoje são apenas 25 assentados, com um decréscimo de 34,2 % das famílias que iniciaram, deixando um total de 13 parcelas desocupadas. Essa desocupação e reconcentração de terras dentro do assentamento e que vem acontecendo aos olhos dos moradores que lutaram por elas, causa impacto gigantesco na comunidade, enfraquece as organizações coletivas, como a escola, deixando-as na situação que observamos com poucos estudantes, a igreja esvaziada, a associação sem sócios atuantes e os compradores das terras não tem interesse na organização, festas culturais da comunidade e as vezes até privatizam espaços que antes eram de lazer, como igarapés e cachoeiras de banhos, como exemplo, citamos o caso do lote que fora fechado pelo fazendeiro que comprou a terra cobrando pelo banho e um centro da pastoral da criança, debaixo de um sítio de mangueiras, um local de eventos comunitários que foi derrubado, queimado e plantado capim no local, segundo relato do senhor Enedino Borges Cruz (2018).

Essa tendência de fragmentação do PA, nos preocupa e nos instiga a observar as entrelinhas e buscar alternativas para essas problemáticas. É por essa razão, que desenvolvemos um diagnóstico qualitativo acerca das unidades de produção agrícolas do assentamento, a fim de identificar questões críticas e entender qual o papel do sistema produtivo das propriedades na permanência das famílias na localidade.

Após observar que no assentamento existe uma tendência de desocupação caracterizada pelas dinâmicas que já discutimos anteriormente, buscamos entender e apontar alguns indicativos que possam nos mostrar o quanto o sistema de produção das famílias interfere na permanência das mesmas na comunidade. Para isso, adotamos um questionário instrumento de caráter qualitativo aplicado em quatro famílias com características distintas. Das quatro famílias escolhidas, duas apresentam características de produção menos diversificadas com a pecuária sendo a principal fonte de recursos e duas apresentam um sistema mais diversificado de produção.

Nesse contexto, utilizamos perguntas relacionadas as trajetórias das famílias incluindo migração, local de nascimento, local de casamento, tempo de moradia no assentamento, filhos e etc. Averiguamos a situação legal da propriedade se está em RB (Relação de Beneficiários) ou não, quais as atividades agrícolas desenvolvidas pela

família, se os membros da família se envolvem nas atividades desenvolvidas na propriedade, qual a principal fonte de renda da mesma, de onde vem a maior parte da alimentação consumida com enfoque para proteína, da mesma forma, exploramos superficialmente questões relacionadas ao patrimônio, veículos, créditos, questões de educação ambiental, como a família vê a questão da preservação das florestas e dos recursos naturais, qual a área de reserva em mata primária na propriedade e por fim, perguntas relacionadas às questões sociais, qual o envolvimento da família nos espaços coletivos da comunidade, se a mesma participa de instituições sociais como cooperativas e associações e a perspectiva da família para os próximos anos na localidade.

O questionário foi aplicado durante o mês de maio de 2023, todas as entrevistas foram realizadas nas casas das famílias escolhidas para o levantamento de informações, de acordo com Minayo, 2002:

“A entrevista é um fator primordial, ela delimita a concepção verdadeira da realidade estudada, valoriza a linguagem verbal, que através desta observamos veracidade e comportamentos que nos levaram a outros fatos. “Essa técnica se caracteriza por uma comunicação verbal que reforça a importância da linguagem e do significado da fala. Já, num outro nível, serve como um meio de coleta de informações sobre um determinado tema científico”. (MINAYO, 2002, p. 58).

Foram entrevistados/as, a senhora Maria do Socorro Silva dos Santos Silva, esposa do senhor Raimundo Nonato Araújo Silva, residentes e assentados no lote de número 14 do assentamento, onde convivem com uma filha de 14 anos de idade, a família foi escolhida por apresentar boas características no sentido de diversificação produtiva e envolvimento social na comunidade. Entrevistamos também, a senhora Marinalva Pereira da Silva e seu esposo Antônio da Conceição Borges assentados no lote de número 20 do PA, onde convivem com dois filhos, o mais velho com 16 anos e o mais novo com 7 anos de idade, a família foi escolhida por apresentar uma trajetória de pouco envolvimento na comunidade e pouca diversidade produtiva. As outras duas famílias foram a senhora Vanessa Souto da Silva, esposa de Marinaldo Damasceno de Jesus assentado no lote 08, essa família é formada por três pessoas, o casal e uma filha de 8 anos e trabalha na perspectiva da pecuária bovina como único meio de subsistência, e a quarta família, do senhor Francivaldo Pereira da Silva, esposo de Arelúcia do Nascimento Silva que convivem com seus dois filhos de 18 anos e 14 anos de idade respectivamente e trabalham em sua propriedade de número 19 do assentamento com sistemas agroflorestais e uma excelente diversificação produtiva.

Esboçaremos a seguir o resultado do questionário aplicado para as famílias, o mesmo será exposto em tabela para melhor visualização das respostas e para avaliação e para que possamos refletir sobre, e tomar posições acerca da situação das famílias, encontrando assim indícios de respostas e alternativas de resistência para a agricultura familiar no âmbito do assentamento Ribeirão das Pedras, tendo como parâmetro o sistema de produção e a análise das unidades de produção agrícola.

Tabela 9: Retrato das quatro famílias pesquisadas em seus aspectos sociais e produtivos.

	Famílias que trabalham com diversificação produtiva		Famílias que NÃO trabalham com diversificação produtiva	
Questões abordas	Maria do Socorro e Raimundo Nonato	Francivaldo Pereira e Arelúcia do Nascimento	Marinalva Pereira e Antônio da Conceição	Vanessa Souto e Marinaldo damasceno
Trajetórias das famílias	Trajetória marcada pela migração, o esposo veio do aranhão ainda criança e com a “febre do ouro” no baixo tapajós conheceu a sua esposa onde casaram e se mudaram para a região construindo família com quatro filhos, três homens e uma mulher.	O casal é paraense, Francivaldo natural de Itaituba e Arelúcia natural de Novo Repartimento se conheceram em 2016 onde se casaram. O esposo já residia na propriedade desde o início e Arelúcia já tinha dois	Trajetória também marcada pela migração, a entrevistada é natural do estado de Goiás e seu esposo é natural do estado do Maranhão chegaram no Pará ainda criança, se conheceram e casaram, lutaram para a conquista da	A entrevistada é natural de Itupiranga Pará e seu esposo é natural da Bahia, que migrou com sua família ainda criança para a região. Casaram em 2014 e tiveram uma filha, o mesmo já era assentado no

		filhos que foram acolhidos por Francivaldo.	propriedade onde construíram família de 5 filhos três mulheres e dois homens.	assentamento desde o início.
Tempo de residência na propriedade e	Desde o início do processo de ocupação	Desde o início do processo de ocupação	Desde o início do processo de ocupação	Desde o início do processo de ocupação
Está em RB?	Sim	Sim	Sim	Sim
Atividades agrícolas realizadas pela família	Lavoura branca: milho, feijão e mandioca. Culturas perenes: Maracujá, acerola, banana, cupuaçu, cacau, café, citros e Graviola. Horticultura Bovinocultura de corte e leite, aves e suínos.	Aves e suínos, bovinocultura de corte e leite, cacau em SAFs, banana, milho e mandioca, graviola.	Bovinos de corte e leite, suínos e mandioca mansa.	Bovinos de corte, aves, mandioca mansa e laranja.

O que a família beneficia na propriedade e	Farinha, tapioca, puba, polpas de frutas, queijo, requeijão e manteiga de leite.	Farinha, poupa de frutas, queijo e banha de porco.	Não tem	Não tem
Os membros da família se envolvem nas atividades diárias	Sim	Sim	Sim	Não
Principal fonte de renda da família	Feira da agricultura familiar e bovinocultura	Feira da agricultura familiar e bolsa família.	Bovinocultura e bolsa família	Bovinocultura
A procedência da maior parte do alimento consumido com enfoque para proteína	Da própria propriedade (caça, pesca, aves, ovos, suínos e bovinos)	Da própria propriedade (caça, pesca, aves, e suínos)	Por restrições a família consome principalmente e frango de granja e peixe que vem do comércio urbano.	A maior parte da proteína da família vem do comércio da cidade, principalmente e carne de bovinos
Acesso a crédito	Sim, Pronaf A	Sim, Pronaf A	Sim, Pronaf A	Não

Se tem veículo	Sim (um carro e uma motocicleta)	Sim (duas motocicletas)	Sim (uma motocicleta)	Sim (um carro)
Como a família enxerga a questão da preservação das florestas e dos recursos naturais	Relata de que a natureza é uma coisa muito importante e uma coisa maravilhosa, por isso preservam os recursos e cuidam do solo de onde vem o alimento.	Os entrevistados resumiram que é importante preservar a floresta e concluíram que sem floresta não há vida.	Ressalta que a floresta é bonita, mais a reserva que deixam as pessoas vão caçar e tirar madeira por isso pretendem derrubar o restante.	A entrevistada relata que se todos preservassem era bom, que ninguém sabe como vai ser no futuro e conclui dizendo que deveríamos plantar árvores.
Área de reserva da propriedade e	5 Alqueires (metade da propriedade)	4,5 Alqueires (quase a metade da propriedade)	3 alqueires de mata	1,5 Alqueires de mata
Se os membros da família se envolve nos cargos da comunidade e	Sim, nas pastorais da igreja e na associação do assentamento	Sim, nas pastorais da igreja e na associação do assentamento	Não	Apenas nas pastorais da igreja
Se a família participa de alguma instituição social	Sim, na associação do assentamento - ANE e na cooperativa	Sim, na associação do assentamento - ANE e na cooperativa	Não	Sim, na associação do assentamento - ANE

	da feira da produção familiar do município – COOPROPA C	da feira da produção familiar do município – COOPROPA C		
Qual a perspectiva para futuro	Continuar produzindo e lutando para melhorias da comunidade.	Pretende seguir ampliando a produção e melhorando cada vez mais a qualidade de vida.	A família relata que a propriedade está à venda, e que querem ser felizes em outro lugar.	Não tem perspectivas talvez apenas melhorar a casa se possível.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013. Org. do Autor.

A pesquisa não é uma ilusão abstrata, ela se configura com fundamentos e métodos. É fato, de que parte de uma inquietação humana mais caminha em busca de resultados e dados que estarão sujeitos a mudanças ou não. Cada pesquisa tem um ritmo, um método, uma técnica que se desenvolve de acordo com o campo pesquisado, essa dinâmica é conhecida como o ciclo da pesquisa. (MINAYO, 2002). O diagnóstico nos permite observar vários elementos que podem ser discutidos mediante a análise dos resultados.

Identificamos inicialmente que as trajetórias das famílias traçam caminhos semelhantes, marcadas pela migração principalmente de outras regiões do Brasil, vinculadas ao processo de colonização da região da Transamazônica. Apenas Francivaldo e Arelúcia tiveram sua nacionalidade no estado do Pará, mas ainda assim passaram por essa trajetória. Foi unanimidade também entre as famílias que todas estão em RB (Relação de Beneficiários) e a participação no processo de ocupação e de luta pela terra na conquista do assentamento, logo, todos enfrentaram as dificuldades proposta pelo período inicial da ocupação mencionados no primeiro capítulo deste trabalho.

Quando abordamos o aspecto produtivo entre as famílias, começamos a perceber diferenças que refletiram em outros parâmetros importantes. O sistema de produção e a diversidade produtiva foram os quesitos para escolha das famílias. As que trabalham com

maior diversidade produtiva (Maria do socorro/Raimundo Nonato e Francivaldo/Arelúcia), como observamos na tabela 9, trabalham com: Lavoura branca de milho, feijão e mandioca. Culturas perenes como maracujá, acerola, banana, cupuaçu, cacau, café, citros e graviola, além da horticultura, bovinocultura de corte e leite, aves, suínos e sistemas e quintais agroflorestais. Enquanto as famílias que não adotam tanta diversificação produtiva (Marinalva/Antônio e Vanessa/Marinaldo), apresentam como produção: bovinos de corte e leite, suínos, mandioca mansa e laranja.

As famílias com maior diversificação produtiva trabalham com beneficiamentos desses produtos e possuem uma maior dieta alimentar proveniente da própria propriedade, o que reflete na hora da compra de produtos alimentícios no supermercado, como ficou evidente na questão da origem do alimento consumido com enfoque para proteína, quando a família de Maria do Socorro e Raimundo Nonato se beneficia da caça e da pesca em sua propriedade para ajudar compor a dieta de proteína da família necessitando bem menos do mercado externo para aquisição do produto diferentemente das outras famílias.

O aspecto financeiro também chama muito atenção, uma vez que as famílias com maior diversificação produtiva têm suas rendas vinculadas à feira da produção familiar do município, que emerge da junção de todos os produtos produzidos pela família que podem ser comercializados, além da bovinocultura e de programas sociais (Bolsa família). Já as famílias com menos diversificação da produção, tem sua renda concentrada apenas da pecuária bovina e programas sociais.

Essa situação desencadeia uma outra problemática, a questão ambiental. As famílias com maior diversificação produtiva, notadamente apresentam maior consciência e respeito com os recursos naturais, sobretudo, com a preservação das florestas, uma vez que ambas preservam a metade, ou quase a metade da propriedade, minimizando o uso do fogo e preservando as áreas de APPs (Área de Preservação Permanente). Enquanto, as outras famílias já desmataram ou pretendem desmatar quase toda a propriedade, no intuito de fazer pastagens para criação de bovinos.

Na questão social também apresentam diferenças significativas, no que diz respeito a relação das famílias com as organizações sociais da comunidade e do município. O engajamento das famílias com maior diversificação produtiva é bem maior nos espaços coletivos da comunidade, uma vez que até os jovens estão dedicados a exercerem alguma função, enquanto as outras famílias se limitam a não participar de cargos na associação, ou não fazer parte da cooperativa.

Outro aspecto que chama muito atenção no questionário aplicado são as perspectivas futuras das famílias, a falta de um planejamento prévio das famílias que não trabalham com a diversificação produtiva, ou até mesmo a tendência e o anseio de venda do lote, demonstra que o sistema produtivo está prestes a entrar em colapso, evidenciando assim, uma das problemáticas que abordamos nesse trabalho, se trata da venda da propriedade e desocupação do assentamento.

Após realizar a análise das respostas do questionário, observamos que o sistema de produção tem relação direta e um papel fundamental para permanência das famílias no assentamento, além do mais, identificamos também que essa problemática é bastante agravante na comunidade. É então que nos questionamos; quais as alternativas para agir frente a esses processos que fragilizam a comunidade e ameaçam as famílias? Para tentar responder essa pergunta desafiadora abordaremos a seguir a experiência da casa familiar rural de Pacajá, que através de suas práticas pedagógicas de educação do campo e para o campo, atua na perspectiva da formação de sujeitos que se identificam com suas realidades e que possam ser capazes de promover o desenvolvimento local pautado na coletividade, na organização coletiva, na agroecologia e no fortalecimento da agricultura familiar.

3. A experiência da Casa Familiar Rural de Pacajá e sua contribuição nos processos de resistência da agricultura familiar

A Casa Familiar Rural situa-se à 3 km da sede municipal de Pacajá/Pará, especificamente no km 285 da BR 230 (Rodovia Transamazônica), a 600 m lado sul, no sentido de Marabá/Altamira. Segundo dados da Associação das Famílias da Casa Familiar Rural Francisco de Assis da Silva Gomes (2022), a CFRP é uma instituição de ensino que atende jovens filhos e filhas de agricultores do município e região. Atualmente, contempla aproximadamente 70 famílias diretamente, com 85 jovens em 25 vicinais e 35 localidades como agrovilas e comunidades ribeirinhas, mais que ao longo de sua história já beneficiou mais de 800 famílias do campo.

A formação oferecida aos jovens da CFR de Pacajá é regida pelos pilares da pedagogia da alternância com foco na interdisciplinaridade e princípios da educação do campo e para o campo, baseando-se nas perspectivas freirianas de educação, de formar cidadãos não para mão de obra, mais sim para vida, sujeitos capazes de respeitar os direitos do próximo e capazes de viver com as diferenças (SILVA, 2021). A CFR de

Pacajá foi a segunda Casa Familiar Rural a ser fundada na Transamazônica e tem suas origens vinculadas às lutas dos povos do campo e dos movimentos sociais da Transamazônica por volta do ano de 1997 (SILVA, 2021, p.9).

Figura 5: Imagem de algumas estruturas físicas da escola: Auditório, salas de aulas, biblioteca, secretaria e banheiros.



Fonte: Arquivos CFR, 2019.

As Casas Familiares Rurais têm como característica em sua forma de educação a pedagogia da alternância, em que os alunos fazem intercâmbios entre espaço escola em um período de 15 dias, e espaço localidade por mais 15 dias. Esse intercâmbio permite que os estudantes dialoguem com os conhecimentos sistematizados e com suas próprias vivências. Sempre na perspectiva de valorização dos meios sociobiodiversos, levando em consideração os aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos. Garantem após o período formativo, o curso técnico em agropecuária, podendo atuar como profissional no serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), mas também em outras possibilidades, como a própria permanência na propriedade, o que reforça um pilar importante na continuidade da agricultura familiar em suas práticas diversificadas e cada vez mais, esses jovens têm acessado níveis superiores de ensino nas universidades públicas federais.

A instituição é representada legalmente por uma associação composta pelos pais dos discentes, que se institucionalizou em 1997, a partir de grandes mobilizações coletivas dos camponeses que lutavam pela educação de seus filhos, que já tinham concluídos o então chamado 1º grau. Os agricultores almejavam que seus filhos recebessem uma formação diferenciada, que contemplasse suas atividades agrícolas, e não necessitariam de uma mudança em definitivo para a cidade e sim, uma experiência que combinaria alternâncias entre a escola e a localidade.

Nesse cenário, os movimentos sociais foram fundamentais para essa conquista, que posteriormente se unificaram por toda região da Transamazônica e Xingu com apoio das instituições dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) da região, a Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP), Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI), entre outras instituições que se tornaram parceiras ao longo do tempo e fazendo com que o movimento de educação do campo e para o campo crescesse pela região.

O início das aulas na CFR de Pacajá só veio acontecer um ano mais tarde em 1998 ainda em situações de precariedades diversas, a escola funcionava em um barracão de madeira na chácara dos padres, cedida pela Igreja Católica. Só em 2006, a partir de uma grande mobilização das lideranças sindicais de toda a região, conseguiu-se um financiamento do BNDES para construção dos prédios para atender as demandas crescentes dos municípios pela formação em alternâncias pedagógicas. Contudo, por se tratar de uma ONG (Organização Não Governamental), não dispõe de recursos próprios e necessita evidentemente da ajuda dos sócios que são as famílias e principalmente das instituições parceiras.

A CFR de Pacajá, desenvolve as alternâncias em tempo localidade, onde os estudantes em suas propriedades executam atividades que aprendem na escola, e tempo escola em que participam de aulas em salas e também realizam diversas outras atividades de cunho, social, cultural e produtivo.

4. Vivências pedagógicas exercitadas no ensino médio na CFR de Pacajá

As vivências pedagógicas foram observadas durante o estágio decência III, no estágio observação no ensino médio. O mesmo foi realizado com a anuência do professor Jardel Clodovil da Silva, 34 anos, engenheiro agrônomo, responsável pelas disciplinas técnicas da CFR de Pacajá.

Partindo das observações realizadas no decorrer da pesquisa, foi identificado as seguintes vivências pedagógicas exercidas no ensino médio da Casa Familiar Rural de Pacajá: Atividades de campo e aulas práticas em sistemas de produção como SAFs, viveiro; apicultura; olericultura (Figura 6); avicultura; manipulação e beneficiamento de polpa de frutas (Figura 7).

Além das atividades de campo, foi acompanhado práticas pedagógicas diárias da organicidade da escola como: grupos de trabalho para fazer café da manhã; limpeza dos espaços; coleta da lenha; responsáveis diretos pela organicidade e distribuição de atividades coletivas e individuais; manejos das unidades de produção e laboratórios de estudo.

Outras atividades observadas se referiram ao acompanhamento de projetos pedagógicos que são desenvolvidas na escola, como: Projeto da dengue; Aniversário da escola, “Resgate histórico e movimentos sociais da Transamazônica”, bem como as lutas dos povos do campo; Projeto da festa junina (organicidade da escola e levantamento de recurso para escola).

Outra vivência pedagógica exercitada pelos discentes da CFR de Pacajá são os estágios supervisionados, que se referem ao processo de trabalho junto às famílias de agricultores, sindicatos, secretarias de agricultura e meio ambiente, órgãos públicos relacionados ao trabalho com a terra. O estágio é uma importante vivência pedagógica que contribui para uma visão mais crítica sobre o trabalho, não apenas aquele remunerado, assalariado, mas também o coletivo. Neste sentido o estágio realizado pelos discentes proporciona uma reflexão de que a atividade coletiva garante o diálogo e a real compreensão de todos em todo o processo e estabelece diretrizes no sentido de garantir a reprodução da vida e constituição de um indivíduo social e produtivo. Este processo só é possível devido a modalidade de ensino interdisciplinar adotada nas CFRs, em contraposição ao ensino convencional adotado pela maior parte das instituições escolares.

Importante enfatizar que o conjunto de atividades relatados acima não estão desarticuladas dos processos interdisciplinares, que se relacionam a outras atividades como as intervenções externas, viagens e visitas de campo, cursos formativos oferecidos por instituições parceiras, visita e diálogos com as famílias dos jovens; planos de estudos⁵ e visitas participativas (pilar da pedagogia da alternância), estágio supervisionado, bem

⁵ **Plano de estudo:** É um método de pesquisa participativa, por meio de um questionário; possibilita analisar os vários aspectos da realidade do estudante, promove uma relação autêntica entre a vida e a escola. <http://portal.mec.gov.br>

como as atividades lúdicas, a exemplo recreações internas, campeonatos e lazer direcionado⁶.

Figura 6: Atividade de olericultura realizadas por alunos e alunas da Casa Familiar Rural de Pacajá, Pacajá, Transamazônica, Pará, Brasil.



Fonte: Luenilso Santos, 2022.

⁶ **Lazer direcionado:** Se refere a organização de atividades lúdicas que tem como foco o aprendizado coletivo, como: aulas de danças, aulas de instrumentos, jogos, etc. (estágio observação sobre as práticas pedagógicas vivenciadas na CFR)

Figura 7: Beneficiamento e processamento de polpas de frutas por alunos e alunas da Casa Familiar Rural de Pacajá, Pacajá, Transamazônica, Pará, Brasil.



Fonte: Luenilso Santos, 2022.

As vivências pedagógicas da escola, garantem aos jovens a possibilidade de exercer os direitos a educação, cultura e lazer, que a partir da convivência de uns com outros, permite a troca e a reprodução de suas culturas, refletido no esporte e no trabalho pedagógico. Nesse contexto, a escola garante as meninas e aos meninos do campo, os direitos previstos às crianças. Direito à vida, ao lazer, à educação, à saúde, à integridade física e moral, à convivência familiar e comunitária, que compõem o rol dos chamados direitos de proteção à infância. (SILVA, FELIPE E RAMOS; 2012)

5. Concepções dos jovens sobre o trabalho que desenvolvem na escola e em suas propriedades

Nas múltiplas atividades e vivências pedagógicas desenvolvidas na CFR de Pacajá, os jovens são orientados a ter uma concepção do trabalho como transformação humana. As vivências na CFR e o intercâmbio com a família possibilitam a troca de conhecimentos fazendo com que os discentes se insiram no processo de trabalho como agentes formadores de opiniões e capazes de recriar, sobretudo os aspectos produtivos, como reflete na fala da aluna Paula Vitória Brilhante Oliveira, quando questionada se gosta do que faz:

“Sim. O que faço, realizo com muito amor. E é com grande orgulho que digo, ser estudante e agricultora familiar é maravilhoso. *Aff* é muito encantador, não tenho nem palavras para descrever o amor que sinto pela natureza e pelos animais. Quando estou trabalhando nesse ramo, me sinto bem, tudo traz paz interior” (OLIVEIRA, P. V. B; 2022).

E também na fala do aluno Thiago da Silva Santos (2022) que diz: “Sim! Pois consigo realizar algumas práticas bem interessantes, algumas práticas que aprendo na Casa Familiar Rural”. Percebe-se que esses jovens construíram um vínculo com a atividade que desenvolvem, tornando-os gratos e interessados no que fazem. O que devemos destacar na fala dos discente é a importância das práticas pedagógicas exercitadas na escola, em que os mesmos reproduzem junto a sua unidade familiar de produção, colocando-os em um local de fala e de pertencimento. Este contexto de uma juventude em formação na CFR de Pacajá é diferente de outras realidades, em que os jovens têm anseios de sair do campo em busca de melhorias e este discurso é incentivado no contexto escolar formal de uma escola do campo que oferta uma educação convencional e distanciada do contexto do campo, pois conforme destaca Silva (2018):

No contexto escolar, em especial no contexto escolar no campo, o jovem camponês é incentivado a buscar melhores condições de trabalho fora da realidade do campo. As trocas estabelecidas muitas vezes reforçam a ideia do campo como lugar de atraso (HENRIQUES et al., 2007 p. 13, 41, 64), o que leva os jovens a recusar-se a assumir a identidade de camponês. (HENRIQUES et al., 2007 p. 13, 41, 64 *apud* SILVA; 2018, p.40)

Outro fator que deve ser observado é que os jovens citados acima são do campo, portanto, desenvolvem atividades com as famílias desde muito cedo, o que concretiza o trabalho como princípio educativo discutido nesse trabalho.

A interdisciplinaridade é o que garante um melhor diálogo entre os professores e alunos/as, e as atividades práticas facilitam a compreensão não apenas sobre o trabalho, mas sobre a dimensão da construção humana. Esta forma de ensinar e aprender não os deixam confusos, como nas escolas convencionais, tal qual pontua Arroyo (2012):

[...]esta maneira de organizar o ensino é esgotante e empobrecedora, sobretudo para o aluno e jovens do campo, que não conseguem visualizar e vivenciar o que aprendem de forma relacionada com o mundo do trabalho. Recai neste cenário então um questionamento comum entre os alunos, ‘mas porque estudo isso? Para que vai me servir isso para o futuro?’ (ARROYO, 2012)

Segundo Castro (2012), “a demanda da juventude rural é o acesso permanente à educação pública com um conteúdo teórico-pedagógico que dialogue com a realidade do campo”. Neste sentido, nas práticas pedagógicas observadas na pesquisa, entende-se que

há esse diálogo com a realidade dos educandos, como nos planos de estudos em que os estudantes fazem pesquisas em suas comunidades.

Posteriormente estas demandas levantadas por eles são refletidas na escola nos momentos de colocação em comum⁷. As aulas, a partir deste momento são preparadas em função das demandas previamente identificadas, das problemáticas observadas pelos próprios discentes de modo a ter resoluções, principalmente nas aulas de campo e aulas práticas em sistemas de produção, como: SAFs, viveiro, apicultura, olericultura, avicultura, manipulação e beneficiamento de polpa de frutas. Tais atividades buscam sempre o diálogo com a realidade e os saberes dos educandos, mesclando com o conhecimento sistematizado, porém, reproduzido de forma prática a partir do trabalho, como mostra a figura 8.

Figura 8: Aula prática para implantação de Sistema Agroflorestal por alunos e alunas da Casa Familiar Rural de Pacajá, Pacajá, Transamazônica, Pará, Brasil.



Fonte: Arquivos CFR, 2022.

⁷ **Conceito de colocação em comum:** A Colocação em Comum é o momento que os alunos expõem as suas experiências e pesquisas realizadas no meio vivencial a partir do plano de estudo previamente elaborado. Fonte: <https://1library.org/instrumentos-pedagogicos-da-alternancia-pedagogia-da-alternancia>.

O estágio acompanhou esses momentos dialogando com os discentes por exemplo, que as atividades devem ser realizadas tanto por homens como por mulheres. Foi retomado também o diálogo sobre agricultura familiar, demonstrando aos mesmos que essas atividades podem ser desenvolvidas nos núcleos familiares de cada um, e pelos membros da família, a fim de melhorar a renda e a qualidade de vida dos que vivem ali, com base principalmente na agroecologia.

6. Considerações

Observamos e discutimos nesta parte do trabalho, duas problemáticas relevantes. O papel do sistema de produção para permanência das famílias no Projeto de Assentamento Ribeirão das Pedras, em que compreendemos, o quão importante ele é para consolidação da agricultura familiar na comunidade, a partir de apontamentos evidenciados pelas famílias que entrevistamos. Também observamos, como a educação do campo e para o campo tendo como referência o ensino ofertado pela Casa Familiar Rural de Pacajá, contribui para essa consolidação da agricultura familiar frente aos processos que desorganizam e fragmentam os projetos de assentamento da região da Transamazônica.

O que fica evidente, é que as problemáticas estão articuladas uma com a outra. Para se pensar em uma diversificação produtiva, orientada pelos princípios da agroecologia, envolvimento familiar nas atividades, trabalhos em cooperação e associações, faz-se necessário pensar também em educação do campo e para o campo, tornando essencial a experiência desenvolvida pela CFR de Pacajá, principalmente por trabalhar diretamente com temáticas, como o trabalho no campo e a juventude camponesa, aqueles que juntos com suas famílias podem ser capazes de atuarem como agentes de transformação da localidade.

A CFRP tem perspectivas que contribuem para isto, entre elas é: formar jovens do campo para permanecer no campo; desenvolver práticas sustentáveis de produção familiar; formar jovens para além do curso técnico, mas que possam seguir na carreira acadêmica e de lideranças sociais; capacitar estes jovens para assumirem bases de trabalho na região ligadas a agricultura familiar. As atividades coletivas auxiliam na vivência diária e na divisão das atividades do dia a dia. Os estágios também são importantes vivências que contribuem para uma visão mais crítica sobre as relações que se estabelecem no contexto do campo.

A formação desses jovens contribui para a continuidade da vida no campo e para soberania da agricultura familiar. Pessoas capazes de se enxergar como indivíduos do campo, entendendo o valor aplicado no que fazem. Sujeitos capazes de entender o tamanho do valor cultural, social, econômico e ambiental atrelados às suas atividades de produção de alimentos. Ou até mesmo, aqueles que posteriormente se adentrarem ao ensino superior, ou ao serviço de ATER, que certamente irão atuar na sustentação da produção de maior diversidade alimentar que temos no município, exposto na feira da produção familiar sustentável.

CAPÍTULO III

AGROECOLOGIA E EXPERIÊNCIAS COMO AGRICULTOR, EDUCADOR DA CFR, E EDUCANDO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

1. Introdução

O curso de Licenciatura em Educação do Campo possibilita aos seus discentes a escolha de uma entre quatro áreas do conhecimento, sendo elas: Ciências Agrárias e da Natureza (CAN), Ciências Humanas e Sociais (CHS), Ciências Matemáticas (MAT) e Letras e Linguagens (LL). Todas as áreas oferecem uma formação crítica na perspectiva da desconstrução do pensamento hegemônico que tanto descaracteriza, sobretudo os povos tradicionais. Nesse sentido, a área de Ciências Agrárias e da Natureza, em que nos construímos nesse processo formativo, possibilitou um olhar refinado sobre as dinâmicas dos territórios camponeses e as possibilidades de resistência frente aos processos ameaçadores oferecidos pelo desenvolvimento capitalista, seus projetos agropecuários e grandes projetos de infraestrutura, extração mineral e geração de energia.

Nesse contexto, somos induzidos a pensar a sustentabilidade e o equilíbrio dos povos do campo, sempre visando a reprodução dos saberes que se manifestam nas interações sociobiodiversas e também se configuram nas práticas agroecológicas de produção, em que as populações tradicionais desenvolvem a séculos em seus territórios. A preocupação em se pensar a sustentabilidade está ligada ao direito das gerações futuras desfrutarem de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, como um bem coletivo e por isso, todos devem somar esforços no sentido de mantê-lo e perpetuá-lo. (BRASIL 1988 *apud* PPC FECAMPO, 2018).

Para tanto, é imprescindível o debate na educação do campo sobre a agroecologia. Para isso, é necessário a formação de educadores com apropriação de conhecimentos em agroecologia não somente na área de ciências naturais e agrárias, mas em todas as áreas do conhecimento, adotando práticas interdisciplinares envolvendo todas as disciplinas. Tal mobilização na educação do campo, refletirá na emancipação de práticas produtivas e na união das comunidades na troca de conhecimentos tradicionais e de práticas de interação com a natureza. Segundo Caldart (2022), “(...) a agroecologia se sustenta em três “pés” (ou um tripé) que a vão conformando como uma práxis construída por diferentes sujeitos sociais: o “pé” da prática, o “pé” da ciência e o “pé” da luta”. (CALDART; 2022, p.5). Nesse sentido, a troca de diálogos entre as diferentes áreas do conhecimento é extremamente importante entre a academia e a comunidade, o que

consequentemente fortalece a luta e garante a sustentabilidade dos saberes, da cultura e da agricultura familiar em suas diversidades.

A agroecologia se centraliza como componente fundamental para formação de educadores do campo. É, a partir de suas práticas, que compreendemos melhor os processos dinâmicos da natureza e conseguimos reproduzir nas comunidades camponesas essa interação entre homem natureza e o melhor aproveitamento de energias que garantem a sustentabilidade, por essa razão, é extremamente necessário entender a agroecologia como uma ciência que:

[...] emerge de uma busca por superar o conhecimento fragmentário, compartimentalizado, cartesiano, em favor de uma abordagem integrada. Seu conhecimento se constitui, mediante a interação entre diferentes disciplinas, para compreender o funcionamento dos ciclos minerais, as transformações de energia, os processos biológicos e as relações socioeconômicas como um todo, na análise dos diferentes processos que intervêm na atividade agrícola. (GUBUR e TONÁ, 2012, p.62)

Nesse caminho, a LEdoC nos oferece uma formação que contempla primordialmente componentes curriculares como: Epistemologia das Ciências Agrárias e da Natureza, Ecologia, Energia e Agricultura, Análise e Funcionamento do Estabelecimento Agrícola, Agricultura e Sistemas Agroecológicos de Produção, Gestão Ambiental e Agrícola, Tecnologias Agroecológicas, Desenvolvimento Rural e Campo Territorialidade e Sustentabilidade (PPC FECAMPO, 2018). O curso nos oferece mediante as temáticas abordadas no contexto da formação, a possibilidade de participar de diversas experiências práticas e teóricas ao longo do percurso formativo.

Apresentaremos então algumas das principais experiências que vivenciamos no âmbito da universidade, da escola Casa Familiar Rural no exercício da docência e no PA Ribeirão das Pedras. Essas experiências só foram possíveis devido o suporte oferecido pela Faculdade de Educação do Campo e que certamente promove um diálogo com os territórios na perspectiva da sustentabilidade.

2. A experiência do seminário na Casa Familiar Rural de Pacajá

O seminário foi realizado no dia 20 de outubro de 2022, na Casa Familiar Rural de Pacajá, e teve a participação do público geral da CFR (professores, educandos,

egressos e coordenação), discentes e professores da Faculdade de Educação do Campo e palestrantes convidados. Para a realização do seminário, foi necessário a ajuda dos educandos, os mesmos se dedicaram na ornamentação do espaço juntos aos discentes da Faculdade de Educação do Campo da Unifesspa, organizaram a mística de início com a execução do hino das Casas Familiares Rurais e palavras de agradecimentos.

Os palestrantes convidados foram escolhidos a partir de suas participações no processo histórico do município e da região, foram dadas contribuições importantes no ramo da saúde, educação, agricultura e movimentos sociais sobretudo de lutas pela terra, além de egressos da CFR e de institutos federais recém aprovados em níveis superiores de ensino.

O debate no dia 20 de outubro de 2022, na Casa Familiar Rural de Pacajá, foi em torno da temática “JUVENTUDES, TRABALHO, GÊNERO E SABERES POPULARES NO TERRITÓRIO DA TRANSAMAZÔNICA”.

A atividade teve como objetivo incentivar os jovens da CFR ingressarem no ensino superior, para que acessem o saber sistematizado cientificamente e, munidos da teoria, intervenham na realidade de maneira a contribuir com diminuição do êxodo rural e a soberania das comunidades camponesas, além de enfatizar a importância das mulheres na luta e permanência na terra colocando em evidência sua participação nas atividades da família e da sociedade como um todo.

Para a reflexão sobre este debate foram convidados egressos da CFR de Pacajá e do IFPA Campus Rural de Marabá e que hoje estão cursando o ensino superior na UFPA e na unifesspa, sendo eles Lucas da Silva Santos, discente do curso de agronomia da UFPA de Altamira e Natanael de Santana Reis do Curso de Educação do Campo da Unifesspa. Contamos ainda, com a contribuição da professora de história, Rosália Moura, que em aula pública explanou sobre a luta histórica das mulheres na sociedade e importância da continuidade desta luta na Transamazônica. Ela provocou os presentes, em como pensar e valorizar o futuro se não conhecemos as lutas do passado? Quantas pessoas já passaram por aqui? Quantas famílias já contribuíram para a construção de um projeto de educação para a Transamazônica?

Para melhor compreensão do processo de formação territorial da região foram convidados:

- Lúcia Bonfim – professora pioneira em Pacajá;
- Enfermeira Rosa – pioneira na área da saúde na região;
- Marinalva – agricultora e mãe de aluno da CFR Pacajá;

- Dorival Lima – vice-presidente da Associação da Casa Familiar Rural de Pacajá, atualmente vereador no município e agente sindical na região;
- Cacilda Martins (presidente da associação da Casa Familiar Rural de Pacajá) e Franciana Costa (diretora da CFR de Pacajá) também colaboraram nesta reflexão, não apenas no processo do debate, mas desde a organização da atividade.

Os/As convidados/as relataram sobre os processos de educação, saúde, transporte, financiamentos para a produção rural, assistência técnica e produção agrícola. “As pessoas que estão aqui na transamazônica são sobreviventes, são sobreviventes”, disse dona Rosa, que atua desde a década de 1980 na área de saúde na Transamazônica:

“(...) a transfusão de sangue era feita na hora, não tinha exames, era feito de um frasco de sangue direto para o paciente – não tinha critérios clínicos – porque precisávamos salvar vidas; uma mãe perdeu os 7 filhos para malária. As verminoses, a lombriga e a escabiose era comum naquela época. Televisão!? Só tinha uma na cidade, que funcionava pelo motor de luz, onde as pessoas se reuniam para assistir” (Dona Rosa, 2022).

“Estudar era muito difícil, mas as pessoas daqui de Pacajá gostam de estudar”, disse dona Lúcia, que relatou as diversas dificuldades para ter acesso a formação superior. Os programas Gavião, Pronera⁸ e tantos outros foram fundamentais para a formação de professores e para aumentar a qualidade de educação na região, que nesse período, segundo a palestrante, os professores tinham apenas até a quarta série na maioria das vezes. E quando os educandos chegavam a esse nível de escolaridade eram obrigados a deixar a comunidade, conforme relata:

“(...) mas nem sempre foi assim, para comprar sal tinha que ir em Altamira, para receber o salário tinha que ir em Tucuruí, depois tinha um fusca que trazia o dinheiro, o salário dos professores, vinha de Tucuruí” (Dona Lucia, 2022).

Seu Dorim, como é conhecido popularmente, o vereador sindicalista, disse ainda que o salário dos servidores da prefeitura era trazido em malas, em sacos por um funcionário, que ia buscar em Tucuruí e distribuía para os demais.

A comunicação aqui era feita por um posto de telefone e bilhetes eram enviadas para as famílias; as festas mais badaladas eram as festas juninas e as rezas que tinham fundamental importância para socialização das pessoas, para a cooperação e também para as curas espirituais do corpo.

⁸ **Pronera:** O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) visa promover a educação dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, bem como formar educadores para as escolas do campo no sentido de contribuir para a consolidação da educação do campo, em favor da erradicação do analfabetismo e garantia do direito à educação. <https://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proen/paginas/pagina>

A agricultura foi o que sempre nos sustentou nesta região. E dona Marinalva nos contou um pouco desta história e enfatizou a importância deste trabalho:

“Sou agricultora e hoje não tenho vergonha disso, já tive, por falta de informação, mas hoje eu não tenho; Eu dou valor ao meu suor, eu trabalho em tudo que vocês imaginar (...) Eu fiquei muito feliz de ver esse coco aqui e esse chapéu aqui com muito orgulho. Esse coco aqui, não sei vocês sabem, mas ele dá muita coisa. Da casca ele dá o mesocarpo. A casca de dentro dá o carvão. A castanha dá um óleo e dá para fazer até o sabão. Da palha, você cobre a casa, faz o côfo, faz a caixa de segredo, a sanfoninha, faz uma série de coisas(...)Minha mãe trabalhava com este chapéu e eu vi aqui e lembrei dela”.

Figura 9: Fala da dona Marinalva se identificando com a ornamentação



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

As decorações foram pensadas pelos discentes da Faculdade de Educação do Campo, juntamente com os educandos da CFR de Pacajá que fizeram parte da pesquisa. A ideia era trazer a identidade camponesa para o espaço e todos se sentissem à vontade e acolhidos no evento, se identificando, bem como relatou a agricultora Marinalva anteriormente.

A mística também é de fundamental importância para um espaço de diálogos como esse, ele por si só, já faz um convite à reflexão e muitas vezes sentimentos emotivos por resgates históricos, além de leveza por poesias. As lutas coletivas sempre foram a principal arma dos povos do campo e graças a elas conseguiram: estradas, energia, transporte, pontes, escolas, remédios, vacinas - foram lutas coletivas – teve gente que lutou, que perseverou – a dificuldade foi grande demais. Precisamos valorizar esta

história, esta luta! (...) JOVENS, HOMENS E MULHERES – VALORIZEMOS OS SABERES POPULARES NO TERRITÓRIO DA TRANSAMAZÔNICA!”

3. A experiência da implantação de uma unidade de sistema agroflorestal (SAF), na área da Unifesspa/ Campus Marabá/Unidade III

A experiência trata-se de uma intervenção prática de implantação de um sistema agroflorestal na unidade III da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá. Nesse contexto, a turma 2018 da ênfase de Ciências Agrárias da Natureza (CAN), se disponibilizou juntamente com o corpo docente da área de conhecimento, para implantação de uma unidade demonstrativa dialogando com os saberes diversos e concepções coletivas.

A proposta teve como objetivo geral implantar uma unidade demonstrativa de sistema agroflorestal, com finalidade de interação e troca de saberes entre as representações diversas. E como objetivos específicos: (i) promover o diálogo e a troca dos diversos saberes e conhecimentos populares e o conhecimento científico; (ii) realizar atividades em forma de mutirões para melhor integração dos sujeitos envolvidos e (iii) realizar atividades recreativas nos mutirões para ampliar a interação e valorização da cultura dialogando com a prática.

O interesse em se trabalhar com o sistema agroflorestal surgiu após algumas disciplinas feitas sobre a temática, mas também pela própria experiência como agricultor que observa a diversidade de experiências presentes entre os sistemas de produção da agricultura familiar da região da Transamazônica. Observou-se assim, que os SAF's apresentam excelentes qualidades para conservação dos recursos naturais, otimizando o uso do sol, possibilitando produzir alimentos variados e saudáveis sem prejudicar o meio ambiente. A adoção de SAF's oferece aos agricultores diversas alternativas de promoções educativas que refletem na continuidade em suas práticas, saberes e consequentemente na soberania da agricultura familiar. Além disso, promove a associação de várias culturas em um só lugar, fazendo com que o mesmo tenha renda durante um período maior do ano, além de atuar diretamente na conservação da vida do solo com fornecimento de matéria orgânica e pela ciclagem de nutrientes, o que protege contra os processos de degradação do mesmo.

Outro aspecto fundamental e relevante para justificar a implantação do sistema é a soberania alimentar. Tal aspecto, garante a troca de saberes e produtos provenientes

do sistema, que reflete na união das famílias e conseqüentemente na estabilidade social da comunidade. A partir disso, se constroem estruturas de resistência às concepções neoliberais do capitalismo que tanto invade as comunidades deixando-as cada vez mais frágeis.

Os sistemas agroflorestais são excelentes alternativas para o uso do solo. Com eles, os agricultores podem produzir respeitando o meio ambiente, ao mesmo tempo em que diversificam a sua renda. Com isso, deve ser incentivado as implantações desses modelos integrados de produção a fim de garantir a prosperidade da agricultura familiar e das diversidades de espécies amazônicas.

4. Dialogo e organicidade da proposta

A ideia de realizar uma intervenção prática de implantação de um sistema agroflorestal (SAF) na Unifesspa iniciou a partir de diálogos coletivos na etapa de janeiro e fevereiro de 2022, com estudantes da turma de Educação do Campo 2018 da ênfase de Ciências Agrárias e da Natureza (CAN), professores da CAN e professores da Faculdade de Agronomia. A partir desses diálogos, tornou-se evidente a importância de deixar uma unidade demonstrativa, interdisciplinar com interações e saberes dos povos tradicionais representados nas turmas da faculdade, além de trocas de conhecimentos com as comunidades locais. O que torna um espaço de experimento da universidade, como uma forma de deixar um legado da Faculdade de Educação do Campo em perspectivas e demonstrações sociobiodiversas.

5. Visualização/Escolha da área

Para a efetivação da prática foi realizada a visualização da área disponível para a implantação do projeto. Para a escolha da área teve a participação das turmas da CAN de 2018 e 2019, além da presença dos professores da ênfase, sob orientação do professor Fernando Michelotti, da Faculdade de Agronomia da Unifesspa.

Foi identificado que o local apresenta características singulares, apesar de apresentar topografia levemente ondulada, vegetação baixa e solo com características arena argilosa, o que favorece uma transformação rigorosa, em que no período chuvoso, a mesma fica parte inundada e no período de estiagem o solo fica muito seco.

6. Construção da proposta sistematizada (Pré-projeto)

Após a escolha da área, foi realizada a sistematização da proposta dialogando com a literatura na perspectiva da agroecologia, na formação de educadores do campo e com os conhecimentos proporcionados pelos diálogos das diferentes representatividades do curso. Então, formalizou-se com o pré-projeto do sistema com intuito de registrar todas as atividades a ser desenvolvida no SAF.

7. Mobilização do coletivo para intervenção pratica

Então realizou-se uma mobilização coletiva para primeira intervenção prática do projeto. Essa mobilização contou com articulação de estudantes da turma da CAN 2018. Passamos de sala em sala, apresentando a proposta a ser realizada, e articulando de forma que contemplasse toda a educação do campo fazendo com que todos os discentes do curso se sentissem parte do processo. Essa mobilização culminou em uma atividade de "mutirão" que será explanada a seguir.

8. Primeira intervenção prática

Na primeira intervenção prática contou com a presença de aproximadamente 40 pessoas entre estudantes, professores e participantes que se envolveram no processo. Foi realizada a limpeza da área com o rebaixamento das forrageiras deixando as espécies maiores para contribuírem com o processo de sucessão natural e interações ecológicas do sistema.

Figura 10: Culminância do mutirão na beira do rio Tauarizinho nas dependências da Unifesspa



Fonte: Arquivos CAN 2018, 2022.

A atividade contou com um café da manhã coletivo e trabalhos realizados em conjunto com auxílio de ferramentas como: foice, facão, enxadas, e roçadeira motorizada. Após o trabalho prático, os participantes se dirigiram para a beira do rio Tauarizinho para um almoço conhecido como "junta panelas", em que todos levaram alguma coisa e no final todos se alimentaram. O almoço contou com uma excelente panelada e com um delicioso churrasco além de música e diversões.

9. Segunda intervenção pratica (preparo do solo)

Na segunda intervenção prática foi realizado as medições sistemáticas da área, e posteriormente a construção das leiras bem como a correção do PH com calcário dolomítico e adubação com esterco bovino, potencializando o sistema com a matéria orgânica para ativar a atividade dos microrganismos. Durante as atividades sempre com intercâmbios de rodas de conversas para a construção do projeto.

A segunda intervenção também serviu para tirar alguns encaminhamentos, como a melhor época do plantio, bem como a montagem do arranjo, escolhas das espécies e fortalecimento das ideias.

Construção da proposta sistematizada (Pré-projeto)								X						
Mobilização do coletivo para intervenção prática								X	X					
Primeira intervenção prática									X					
Segunda intervenção prática (preparo do solo)									X					
Terceira intervenção prática (Plantio)												X		
Acompanhamento do sistema (manejo do sistema)														X

Fonte: Elaboração sistemática da turma 2018 de CAN, 2022

A implantação do sistema agroflorestal, aponta para uma série de ações e transformações positivas, para o fortalecimento da luta e da resistência das diversidades culturais dos povos tradicionais da Amazônia. O trabalho prático em forma de mutirões, exerce um caráter formativo e interdisciplinar que fortalece os laços da educação do campo dentro da universidade e o diálogo com as comunidades, além de mesclar os saberes tradicionais com o conhecimento produzido na academia.

Portanto, torna-se essencial um diálogo mais aprofundado sobre agroecologia na formação dos educadores do campo, sobretudo na incorporação de alternativas práticas como os sistemas agroflorestais como forma emancipatória de resistência das comunidades em seus sistemas produtivos e interativos pautados na diversidade. Tal atividade, exerce funções primordiais em temáticas tão pertinentes para as comunidades, o trabalho como princípio educativo, em que as crianças se inserem nas atividades coletivas e dialogam com as práticas ecológicas tornando assim seres capazes de se desenvolverem quanto sujeitos interativos e racionais no que diz respeito a sustentabilidade.

12. Experiência como agricultor e as relações entre o P.A, CFR e Universidade

O Projeto de Assentamento Ribeirão das Pedras sempre teve vinculado as lutas e resistência dos camponeses em busca de melhores condições de vida, isso se deu devido as organizações coletivas dos movimentos sociais na região como já retratamos neste trabalho. A escola Comunitária Casa Familiar Rural de Pacajá também foi fundada nesse contexto de luta e mobilizações coletivas em busca de uma educação que atendesse as necessidades dos camponeses do município e região. Os movimentos sociais da região (STTR, FVPP, FETAGRI, ARCAFAR, CPT, etc), sempre tiveram a frente representando essa população que tanto necessita de apoio e representatividade jurídica além da força coletiva.

Podemos ressaltar que o Projeto de Assentamento surge no mesmo contexto e momento que a CFR de Pacajá, sendo mais claro, as lideranças que lutavam pela conquista do assentamento, também lutaram pela conquista da escola. Podemos assim afirmar, que a parceria do P.A com a CFR se arrasta desde os princípios das instituições em que o assentamento necessita de uma educação a partir do segundo seguimento do ensino fundamental até as últimas séries do ensino médio desde aqueles momentos até os dias atuais, uma educação que não precisa tirar o sujeito de sua localidade para estudar, mais que ela possa estudar interagindo e dialogando com sua realidade em intercâmbios entre a escola e a localidade, e mais satisfatório ainda, que o sujeito possa agir na sua localidade a partir de várias frentes como na agricultura e nos espaços coletivos tornando-se assim um agente de transformação local.

Ao longo dos anos os laços entre a escola e a comunidade se estreitaram cada vez mais, já se passaram mais de 20 jovens do assentamento pela CFR desde o início até os dias atuais, a maioria desses jovens concluíram seu percurso formativo completo e após a oportunidade de passar pela instituição de ensino demonstraram uma devolutiva para comunidade em vários aspectos como a implantação de sistemas mais sustentáveis de produção junta as suas famílias, a participação ativa junta a associação da comunidade, assistência técnica voluntária e o incentivo a diversificação produtiva de algumas famílias, suporte financeiro para seus familiares a partir de um emprego no serviço de ATER, entre outras formas de contribuições para localidade.

Muitos desses jovens deram continuidade na carreira estudantil, dando sequência nos seus estudos fazendo faculdades principalmente adentrando em cursos vinculados aos programas de educação como o PRONERA, PARFOR, Magistério da Terra e

Licenciatura em Educação do Campo. Então, torna-se evidente que existe uma relação que se completa entre as trajetórias históricas de resistência pela conquista do assentamento, o processo de formação oferecido pela CFR como suporte à essas famílias e posteriormente a ação da universidade em abraçar esse público sobretudo nos cursos que oferecem a possibilidade do intercâmbio a partir da alternância pedagógica como o LEdoC, minimizando a perda do vínculo do sujeito com a comunidade e com seus familiares e amigos que ainda residem no P.A.

Para compreendermos melhor o que colocamos nesse contexto de relações entre os espaços abordados neste trabalho (P.A Ribeirão das Pedras, CFR de Pacajá e LEdoC), exemplificamos a seguir algumas experiências vivenciadas no contexto de agricultor que fora induzido a partir dos processos formativos do curso.

Como agricultor temos a experiência vivida na prática do dia a dia em todas as atividades que envolvem a unidade de produção agrícola, e não só na unidade, mas, na realização de outras atividades no âmbito da comunidade e da Cooperativa da Feira da Produção Familiar de Pacajá (COOPROPAC).

A partir do embasamento e das experiências vivenciadas durante a formação no curso de LEdoC, conseguimos colocar em prática algumas atividades traçadas na perspectiva da agroecologia, da diversificação produtiva, do trabalho coletivo e do envolvimento comunitário e familiar engajado na produção sustentável, melhorando e complexificando cada vez mais os arranjos e os manejos dos agrecossistemas das famílias do P.A que fazem parte da cooperativa.

Partindo desse princípio de desenvolvimento sustentável para região, realizamos junto as famílias, a implantação de unidades de Sistemas agroflorestais em três propriedades do assentamento com a cultura do Cacau (*Theobroma cacao*) como carro chefe consorciado com a cultura do Açaí (*Euterpe oleracea*), e essências florestais, como Andiroba (*Carapa guinenses*), Copaíba (*Copaífera langsdorffii*) e castanha do Pará (*Bertholletia excelsa*). São espécies de grande importância para sociobiodiversidade amazônica e que tem ganhado cada vez mais espaço no cenário nacional e internacional. Esses sistemas surgem inclusive como alternativas para recuperação de áreas degradadas pela pecuária extensiva na região amazônica.

Vivenciamos também a de trocas de experiências nos mutirões coletivos realizados pela COOPROPAC. Os mutirões tinham como objetivo de unificar às famílias cooperadas e trocar conhecimentos a partir dos arranjos de cada unidade de produção. Nesses eventos auxiliamos em atividades de orientações técnicas de podas, controle

biológico de pragas e doenças, controle de plantas invasoras, a partir da cobertura morta, adubações orgânicas, incentivo à inclusão de jovens nos mutirões e palestras incentivadoras aos agricultores enfatizando sua importância para a produção de alimentos saudáveis e para produção sustentável cuidando dos recursos naturais.

Esse trabalho coletivo abrange todo o município com foco nas comunidades que se concentram as/as agricultores/as que fazem parte da cooperativa, então no assentamento não é diferente, realizamos várias atividades destas no âmbito da comunidade com interação dos agricultores locais e da região. É importante ressaltar que a CFR também participa ativamente desses mutirões com seus educandos e profissionais na busca pela troca de experiências e no intuito de fortalecer o movimento camponês.

As atividades coletivas acontecem normalmente aos dias de sábado com início às 9:00 horas da manhã com o café da manhã reforçado, distribuição das atividades e dos grupos de trabalho. Meio dia acontece a pausa para o almoço, onde os presentes se reúnem e contam histórias de vida, retornando à tarde novamente para o trabalho. No final da tarde acontece a roda de conversa com os aprendizados do dia e a avaliação da atividade, é então que marcam o local e a data do próximo mutirão se despedindo com muita alegria e sorrisos nos rostos cheios de esperança.

Figura 11: Mutirão no manejo do SAF na propriedade do senhor Manelinho cooperado da COOPROPAC



Fonte: Arquivos COOPROPAC, 2023.

Foram experiências ricas em aprendizados e certamente ressurgem um sentimento de que cada família tem algo de bom a oferecer para o mundo e para sociedade. Que as trocas e os diálogos fortalecem o movimento em prol da produção sustentável de alimento e o cuidado com os recursos naturais que são extremamente massacrados pelas políticas insustentáveis de um sistema devastador dessa bolha que chamamos de planeta terra em todos os seus processos metabólicos.

13. Experiência como educador da CFR de Pacajá

A CFR em suas práticas pedagógicas e com seu PPP que atende à demanda de uma educação do campo e para o campo, permite que seus educadores possam dialogar de forma mais incisiva com as comunidades camponesas que atendemos. Ao longo dos últimos quatro anos desenvolvemos atividades como educador da CFR na atuação na formação de jovens filhos e filhas de agricultores da região da Transamazônica, fortalecendo a agricultura familiar em suas diversidades na perspectiva da agroecologia e na união coletiva dos camponeses que o campesinato possa resistir as ameaças lançadas pelos sistemas predatórios de desenvolvimento que alcançam a região.

Realizamos atividades, como orientações de estágios supervisionados no âmbito das unidades de produção da CFR, como na unidade de SAF, na olericultura, criação de pequenos e médios animais (aves e suínos), produção de mudas e beneficiamento e processamento de polpas de frutas na agroindústria da instituição. Essas práticas realizadas nos estágios fazem com que os jovens percebam a importância da diversidade produtiva em uma pequena propriedade, e o quão produtivo e interativo ela pode ser.

Observamos, que isso desperta o interesse em dialogar com sua família e inserir dentro dos arranjos produtivos em suas propriedades outras modalidades produtivas, somando-se assim com as já existentes, deixando a UPA da família mais diversificada e sustentável.

Figura 12: Orientação de estágio supervisionado na poda do cacauieiro com jovens do 2º e do 3º ano do ensino médio da CFR



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

As orientações dos PPJs⁹ (Projeto Profissional do Jovem) também são experiências que realizamos graças ao acúmulo formativo que adquirimos na LEdoC. É

⁹ **PPJ:** O PPJ pode ser considerado como um guia de formação que é construído pelos alunos com o propósito de programar uma iniciativa que gere emprego e renda para os jovens e a suas famílias, bem como para

outra atividade que permite interagir e intervir diretamente junto às famílias na implantação de uma atividade de produção dentro da propriedade dos educandos. Com essa possibilidade, orientamos trabalho com temáticas como “o cultivo do feijão caupi (*Vigna unguiculata*) em sistema de abafado como alternativa de recuperação de áreas improdutivas e preparo de área para introdução de mandioca (*Manihot esculenta*)”. Esse projeto foi implantado na vicinal do km 315 lado sul na BR 230 sentido Marabá/Altamira/Pa. O mesmo traz reflexões acerca do preparo de área sem o uso do fogo, uma técnica que conserva o solo e a matéria orgânica, e o mais importante é o resgate de uma prática tradicional que vem se perdendo ao longo do tempo que é o sistema de abafado para o cultivo do feijão.

Orientamos também PPJs de implantação de sistemas agroflorestais sociobiodiversos em áreas degradadas em que as famílias de dispuseram a acompanhar todas as partes do processo de transformação juntamente com o educando proponente do projeto. Trabalhamos com medidas de recuperação de área, a partir de leguminosas como feijão guandu (*Cajanus cajan*) e a cultura da Ingá (*Inga edulis*) e em seguida a introdução de culturas sazonais, somente depois, que introduzimos as culturas perenes. Essa alternativa proposta pelos PPJs foi implantada em ao menos duas unidades de produção dos discentes da CFR de Pacajá.

Os estágios supervisionados também são importantes ferramentas de formação em que nós também orientamos, é o momento que os educando se inserem nas atividades diárias das famílias por um período de tempo que pode chegar até 120 horas trabalhadas. É nesse momento que a relação entre P.A e CFR se consolida, uma vez que realocamos esses estagiários para comunidade para vivenciarem e contribuir de alguma forma nos manejos e nos arranjos das famílias do assentamento.

Essas intervenções práticas certamente geram impactos significativos para as comunidades camponesas, uma vez em que os agricultores observam um projeto implantado e se identificam com a maneira que o mesmo foi proposto e com a proposta que eles trazem de sustentabilidade, interação, equilíbrio ecológico viabilidade econômica para subsistência da família e emerge neles, o anseio de desenvolverem mais áreas produtivas e sustentáveis na comunidade.

14. Considerações Finais

Observamos que a educação do campo, se desenvolve e se enraíza nos territórios transformando e criando alternativas de resistência a partir dos sujeitos que se disponibilizam a atuarem como agentes de mobilização coletivas, abertos ao diálogo primando pela sustentação das identidades que caracterizam os povos do campo das águas e das florestas. Como bem retrata Boaventura de Souza Santos (2020), que nós possamos “lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem; lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize” (SANTOS, 2020, p.6). A LEdoC nos permite essa possibilidade de ocupar os espaços e nos colocar em local de fala, sem que possamos abdicar de nossa cultura e da nossa identidade de agricultores camponeses acampados e assentados pela reforma agrária, indígenas das diversas etnias, quilombolas e ribeirinhos dos territórios amazônicos.

Nesse sentido, a educação é primordial para que possamos resistir e atuar cada vez mais nos territórios rurais com experiências como estas mencionadas nesse capítulo. A partir dos exemplos de vivências que mostramos nessa unidade, conseguimos alcançar o que Luckesi (1999) traz como os “três grupos de entendimento do sentido da educação na sociedade que podem ser expressos, respectivamente, pelos conceitos seguintes: educação como redenção; educação como reprodução; e educação como um meio de transformação da sociedade. (LUCKESI, 1999, p.37).

Que possamos lutar para a redenção dos saberes e das práticas das populações inferiorizadas nos territórios, reproduzir a partir da educação as experiências ancestrais que ao mesmo tempo nos mostram um equilíbrio de cooperação sistemática com a natureza e não só no contexto da educação do campo, mas, que possamos levar essas experiências para a transformação da sociedade como um todo.

Que possamos nos humanizar, se solidarizar uns com os outros e com tudo ao nosso redor, que possamos trabalhar “juntos para fazer do mundo, sempre mais, a mediação de consciências que se coexistenciam em liberdade. Aos que constroem juntos o mundo humano, compete assumirem a responsabilidade de dar-lhe direção” (FREIRE, 1970). Que possamos ter “vida humana misturada com terra, com soberania na produção de alimentos saudáveis, com relações de respeito à natureza, de não exploração entre gerações, entre homens e mulheres e etnias. (CALDART, 2012, p. 265).

Contudo, estas são as contribuições deste trabalho para que possamos refletir uma educação emancipadora do campo e para o campo, que contemple as diversidades dos sujeitos e que induz à resistência do campesinato na Amazônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Miguel, Lovois (Org.). Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. Disponível em: http://issbrasil.usp.br/artigos/9cbs_23_.pdf

BATISTA, Rosália do Socorro Moura. “NA LAMA E NA POEIRA DA TRANSAMAZÔNICA”: TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO PELA SOBREVIVÊNCIA NA TRANSAMAZÔNICA (1987- 1998). Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciado em História. UFPA. 2020 62 p.

CALDART, Roseli Salete. A Agroecologia na Formação de Educadores. Texto de exposição, 2022. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/596722343/Agroecologia-Formacao-Educadores-Roseli-Maio-2022#>

COSTA, Cristiele dos Anjos Costa e MICHELOTTI, Fernando. Sistemas Agroflorestais como Alternativa à Pecuária da Produção Familiar no Sudeste Paraense. VI Seminário de Iniciação Científica da Unifesspa – Pesquisa na Amazônia: Novos Cenários, out. 2020. Disponível em: https://sic.unifesspa.edu.br/images/SIC2020/Artigos/submissao_16022652963421602697983381.pdf

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: 17ª edição, Editora Paz e Terra, 1987.

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>

<http://portal.mec.gov.br/component/content/article/137-programas-e-acoes/1921564125/pde-plano-de-desenvolvimento-da-educacao102000926/176apresentacao#:~:text=O%20Plano%20de%20Desenvolvimento%20da,um%20ambiente%20em%20constante%20mudan%C3%A7a.>

<http://portal.mec.gov.br>

https://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proen/paginas/pagina_estatica.jsf?id=165#:~:text=O%20Programa%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o,e%20garantia%20do%20direito%20%C3%A0

<https://library.org/instrumentos-pedagogicos-da-alternancia-pedagogia-da-alternancia>.

<http://portal.mec.gov.br/financiamento-estadual/dinheiro-direto-na-escola#:~:text=Programa%20Dinheiro%20Direto%20na%20Escola%20%2D%20PDDE&text=O%20PDDE%20consiste%20na%20assist%C3%Aancia,por%20entidades%20sem%20fins%20lucrativos>.

<https://library.org/instrumentos-pedagogicos-da-alternancia-pedagogia-da-alternancia>.

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-eprogramas/programas/pnae>

HURTIENNE, T. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. Novos Cadernos Naea, v. 8, n. 1, p. 71, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/47/0>

LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

MARTINS, José de Souza. FRONTEIRA A DEGRADAÇÃO DO OURO NOS CONFINS DO HUMANO. São Paulo: 2ª edição, Editora Contexto, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. Pg. (01-23). Disponível em: https://www.ipdrs.org/images/impresos/archivos/Amazonia_encruzilhada_civilizatoria.pdf;

PPC. (2018). Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Marabá (PA), 187 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Cruel Pedagogia do Vírus. Lisboa: Edições Almedina, S.A, Abril, 2020.

SILVA, Gleciane Leal da. OS PERCURSOS FORMATIVOS DA LICENCIANTURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO MEIO DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE O DISTRITO DE CAJAZEIRAS, ITUPIRANGA, PARÁ, BRASIL. Trabalho de Conclusão de Curso, Fecampo, Unifesspa. 2018 63 p.

SILVA, Luenilso Santos. Pesquisa Socioeducacional IV. Impactos da Pandemia na Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Pacajá. Pacajá 2021.

SILVA, Luenilso Santos. Pesquisa Socioeducacional I. Histórias Locais, Histórias de Vida e Comunidade. Pacajá 2021.

SILVA, Luenilso Santos. Pesquisa Socioeducacional II. Espaços de Educação Formal e Não Formal do Projeto de Assentamento Ribeirão das Pedras. Pacajá 2021.

SILVA, Luenilso Santos. Pesquisa Socioeducacional VII. Concepções sobre Trabalho na Casa Familiar Rural de Pacajá, Pará, Brasil. Pacajá 2021.

VELHO, O. G. Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica. Manaus: UEA Edições, 2013.

ANEXO 1**Questionário aplicado para quatro famílias do PA Ribeirão das pedras**

Entrevistador:

Entrevistada:

Local:

Data:

Qual a trajetória (migração) da família?

Residem a quanto tempo no lote?

Está em RB?

Quais os cultivos e as criações que a família trabalha?

A família se envolve nas atividades diárias?

Qual a principal fonte de renda da família?

Qual a principal fonte de proteína (carne) da família?

Já teve acesso a crédito (Pronaf)?

Tem veículo? qual?

Como você vê a questão da preservação da floresta e dos recursos naturais?

Sua propriedade tem quantos Alqueires de mata?

Algum membro da família se envolve em cargos na comunidade (igreja, associação, cooperativa, etc)?

A Família participa de alguma instituição social (associação/cooperativa)?

Qual a perspectiva da família para os próximos anos?